

PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 51 - 2008



Paula Matos dos Santos

Em Destaque

Competências e Desenvolvimento



Agueira, Dão e Caramulo

ADICES

P 12 Fim-de-semana na Agueira, Dão e Caramulo

P 3 Competências e desenvolvimento nas zonas rurais

P 4 e 5 As várias dimensões da cidadania

P 6 e 7 Das pessoas, para as pessoas

O Desenvolvimento dos Competentes

O desenvolvimento das zonas rurais faz-se através da competência daqueles que lá estão e, principalmente, da dos que nunca lá estiveram. Este será, por ventura, um dos maiores engulhos no desenvolvimento das zonas rurais. Para o mundo rural remete-se o desenvolvimento que não se quis para as zonas urbanas. Há portanto uma lógica tão incoerente quanto inexplicável. Sempre que nos referimos ao mundo rural, enfatizamos a sua cultura, genuinidade, ambiente, solidariedade. Mas o que prevalece é o atraso, o subdesenvolvimento ou a falta de oportunidades. Parece pois que o mundo rural é o conforto dos culpados.

O presente caso da subida de preço dos cereais é verdadeiramente paradigmático. O desprendimento das ajudas à produção levou em Portugal a uma menor produção de

cereais e ao aumento das áreas abandonadas. Não produzindo, os apoios aos agricultores justificam-se pelo serviço inestimável que estes prestam à sociedade e que deverá, portanto, ser remunerado (e, curiosamente, o orçamento comunitário baixou). Ora, se a agricultura fosse rentável, se os cereais continuassem a sua escalada de preços, provavelmente as razões que hoje sustentam o apoio a grande parte das áreas agrícolas deixariam de valer. O remendo já não seria necessário. Parece pois que o mundo rural agrícola apenas merece o desenvolvimento sustentável e presta serviços inestimáveis à sociedade quando está em crise.

Se calhar a maior competência de que o mundo rural necessita é mesmo o “golpe de rins”.

Rui Veríssimo Batista
Chefe de Projecto PIC LEADER+

NOTA DA REDACÇÃO

O “Pessoas e Lugares” errou

No número 49 do jornal “Pessoas e Lugares”, página 11, na rubrica dedicada à RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural, a informação relativa aos órgãos sociais desta associação está desactualizada. A informação correcta e actualizada é:

Órgãos sociais

Assembleia Geral: Presidente Câmara Municipal de Belmonte | Secretário Junta de Freguesia do Tortosendo | Vogal Junta de Freguesia do Teixoso | **Direcção:** Presidente Carlos Alberto Pinto | Membros Arménio Marques Matias, Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Junta de Freguesia do Ferro, Luís Manuel Fino Gil Barreiros | **Conselho fiscal:** Presidente Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira | Vogais Junta de Freguesia do Alcaide, Junta de Freguesia de Vales do Rio

Ainda na mesma página, nos dados referentes à Equipa Técnica Local, e correspondentes à técnica Anabela Martins, onde se lê que as funções que desempenha na RUDE são de “responsável pelas áreas administrativa e financeira”, deve ler-se que desempenha funções “no sector administrativo e contabilístico”.

Pelo facto, apresentamos as nossas desculpas à RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural, bem como a todos/as os/as leitores/as.



Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:

Organização:

Função:

Morada:

Código postal:

Telefone: Fax:

E-mail:

Comentários:

Recorte ou fotocopie, e envie para: DGADR, Rede Portuguesa LEADER+, Tapada da Ajuda - Edifício I – 1349-018 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos divulgar e promover o LEADER+, assim como reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

DGADR - Direcção-Geral de
Agricultura e Desenvolvimento Rural
Rede Portuguesa LEADER+
Tapada da Ajuda - Edifício I
1349-018 Lisboa

Telf.: 21 361 32 57
Fax: 21 361 32 77

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ **www.leader.pt** e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no link **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação à DGADR com a devida antecedência. Obrigado.

Competências e desenvolvimento nas zonas rurais

1. A importância das competências ou capacidades é comum a todas as áreas com aspirações a processos de transformação benéficos que procurem corresponder aos problemas mais sensíveis das várias comunidades e em particular das rurais, nas quais o afastamento dos mecanismos de investimento nos recursos humanos e o seu isolamento marcam as possibilidades de desenvolvimento.
2. Aliás, a expressão *empowerment* apesar das diversas traduções a que foi sujeita, significa sobretudo “capacitação”, i.e., fornece novas capacidades ou melhora as existentes. Tal facto prende-se com a consciência de que os processos de desenvolvimento devem integrar uma forte componente endógena que afaste as duas situações externas. Uma delas prende-se com a visão etnocentrista, e logo paternalista, na qual os outros devem proceder tendo os nossos comportamentos e realizações como referência. A outra radica na convicção de que só os interessados estão em condições de resolver os seus problemas porque são também os que os conhecem melhor. O paternalismo é inútil ou pode conduzir a efeitos perversos, ao passo que a visão puramente endógena é demasiado restritiva quando falamos de comunidades e mercados abertos mais propensos ao “glocal” - agir localmente mas pensar globalmente. Ora o facto é que até aí as comunidades não deram sinal de capacidade própria na resolução dos seus problemas sem algum contributo externo.
3. Os contributos externos para o desenvolvimento das comunidades rurais podem revestir várias modalidades, mas uma que sobressai designa-se por DRP (Desenvolvimento Rural Participativo) que naturalmente assenta em processos de animação/mobilização em torno de objectivos definidos em conjunto e de formas de actuação programadas para atingir determinados objectivos concretos relacionados com os referidos problemas. As formas de actuação são actividades que devem contar com os meios necessários e devem ser sempre calendarizadas em todas as fases do processo. Incluem-se dentro do conceito de ciclo do projecto que pressupõe o uso de diversas técnicas, de molde a assegurar uma adequada identificação dos problemas e subsequente tradução em objectivos, e o planeamento coerente da consecução dos meios e da respectiva execução prática, sem esquecer os procedimentos de avaliação de acompanhamento e avaliação final enquanto forma de afinação de todas as componentes.
4. Um outro contexto em que o desenvolvimento rural pode ser prosseguido (complementar e não contraditório com o anteriormente referido) é o das parcerias sabendo-se que são parceiros os que têm igual poder mas assumem igual responsabilidade em todas as fases do ciclo do projecto. As parcerias serão tanto mais úteis quanto congregadoras e afirmem complementaridades relevantes e activas para o que está em causa, independentemente do volume de recursos que mobilizam. As parcerias não devem criar desvios na condução dos processos na medida em que é difícil fazer pelos outros o que eles não estão dispostos a fazer por si próprios.
5. A mobilização de recursos assenta mais na perspectiva da sustentabilidade do que na da viabilidade, que não são conceitos mutuamente exclusivos. A viabilidade deve ser tida em conta em todos os projectos virados para o mercado, no qual as ilusões se pagam caro. Mas a sustentabilidade, que pode incluir componentes viáveis, afirma-se mais pela possibilidade diversa da recolha de meios financeiros ou outros e também por possuir componentes de apoio institucional, na medida em que a sustentabilidade das iniciativas pressupõe que os seus resultados devam ser produzidos ao longo do tempo ou enquanto se revelarem necessários.
6. Uma vertente por vezes subestimada nos processos de desenvolvimento rural é a da exequibilidade. As ideias utópicas, se bem que guias importantes dos valores que prosseguimos, quando dão origem a aplicações de recursos pouco cautelosos geram frustrações mortais para as actuais e futuras iniciativas. O filtro de uma exequibilidade aceitável constitui uma forma prudente de respeito pela grandeza dos problemas e a escassez de recursos. A avaliação da exequibilidade não pode deixar de analisar todas as condições de execução e os meios a utilizar, procurando distinguir os que estão ao nosso alcance, ou dentro das nossas possibilidades, daqueles que não dependem apenas de nós. Claro que se podem encarar as influências exógenas numa perspectiva probabilística, mas também é certo que se certas hipóteses fundamentais tiverem grandes probabilidades de não se verificarem, então funcionam como hipóteses mortais (para a iniciativa).
7. O rural e mesmo o local permitem a resolução de problemas e a identificação de objectivos “maneáveis” ao mesmo tempo que asseguram a coerência convergente dos vários esforços possíveis. De pouco valem essas possibilidades sem o respeito pelos contextos na qual as acções ganham sentido, mas não esquecendo que se estão em causa transformações elas tem que ser compreendidas nos seus aspectos positivos, que comparam com perturbações e contradições avolumadas pela desconfiança ou por culturas entrópicas e para as quais nem sempre existe a preparação adequada. A mobilização e o empenhamento assente em novas capacidades são por isso critérios de teste fundamentais para as perspectivas futuras dos projectos ou iniciativas de desenvolvimento rural.

Mário Caldeira Dias

Presidente do Observatório do Emprego e Formação Profissional



Manifera de Serpa (2003) / Paula Matos dos Santos

As várias dimensões da cidadania

Queremos cidadãos e cidadãs competentes e conscientes?

Longe vai o tempo, em que se definia como tarefa fundamental da formação profissional apenas a aprendizagem para um posto de trabalho. Hoje, com a evolução das sociedades democráticas, exigimos mais dos sistemas de educação/formação. Queremos que preparem cidadãos e cidadãs conscientes, para que possam desempenhar um papel activo nas várias instâncias da sociedade.

É necessário que a formação proporcione, além do desenvolvimento das chamadas competências técnicas, outro conjunto de competências transversais e sociais que preparem as pessoas para viver melhor no nosso tempo, usufruindo das vantagens de um mundo globalizado e, ao mesmo tempo, aprendendo a lutar para melhor resistir à vulnerabilidade que esse próprio mundo também lhes oferece, quase como moeda de troca.

Em 2004, a Comissão Europeia veio chamar a atenção para o desenvolvimento de um “Quadro Europeu Comum para as Qualificações e Competências dos Professores e Formadores”, que reforça o papel destes profissionais, na construção de respostas às mutações decorrentes de uma sociedade assente no conhecimento, que torna imperioso uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida (ALV) porque, hoje, já ninguém se forma para o “posto de trabalho” como dizíamos no início do artigo.

Para que se possa afirmar que a formação está a responder ao desafio de formar cidadãos/ãs do seu tempo, dispostos/as a participar activamente nos desafios da sociedade actual, ajudando assim a construir uma Europa mais inclusiva e mais competitiva assente num desenvolvimento sustentável, o Quadro Europeu, já referido, defende que a formação tem que desenvolver várias competências de cidadania, para:

- 1- Potenciar a igualdade de género na família, no trabalho e no poder de decisão;
- 2- Viver numa sociedade multicultural, inclusiva e intercultural;
- 3- Viver de acordo com estilos de vida sustentáveis tendo em conta as questões ambientais;
- 4- Viver como cidadã/o da União Europeia;
- 5- Gerir o desenvolvimento da própria carreira;
- 6- Desenvolver o domínio de línguas estrangeiras.

Ao longo deste pequeno artigo, pretendemos dar algumas sugestões que ajudem a “integrar” na própria cultura organizacional dos centros de formação estas várias dimensões. Aos/às responsáveis da gestão dos centros competirá criar as condições para que isso aconteça, a restante equipa formativa ficará a cargo do desenvolvimento de metodologias participativas e activas que ajudem a tornar efectivas o seu desenvolvimento.

1 - Potenciar a igualdade de género na família, no trabalho e no poder de decisão

O princípio de igualdade dos homens e das mulheres está inscrito no ordenamento jurídico internacional, europeu e nacional desde há longo anos, todavia as sociedades, mesmo as democráticas, continuam a não dar igualdade de oportunidades às mulheres e aos homens na construção dos seus projectos de vida. Em democracia não pode haver papéis impostos pelo género, que, como é uma construção social, é susceptível de mudança.

Qual o papel da formação para que possa superar e não reforçar o “destino” de se nascer homem ou mulher?

Só uma participação equilibrada de homens e mulheres nas várias dimensões da vida, pode tornar as sociedades mais paritárias e mais justas.

Como fazer?

- Preparar toda a equipa formativa com as competências necessárias para incorporar a dimensão da igualdade de género na cultura organizacional do centro de formação.
- Incentivar a entrada de mulheres e homens em cursos tradicional e respectivamente masculinos e femininos, de forma a combater a segregação do mercado de trabalho. Sendo importante que toda a informação de divulgação dos cursos inclua fotografias de homens e mulheres e utilize uma linguagem inclusiva. Ex: mecânico/a; educador/a.
- Integrar, de forma transversal, a temática da igualdade de género em todos os programas curriculares, tendo o cuidado de analisar a realidade não como um todo homogéneo, mas sempre avaliando, separadamente, a realidade das mulheres e dos homens, tornando visível o que foi sempre ignorado.
- Utilizar uma linguagem não discriminatória, em toda a documentação utilizada, que dê igual visibilidade aos homens e às mulheres. Ex: formando/a; formador/a, etc.

2 - Viver numa sociedade multicultural, inclusiva e intercultural

Durante séculos os portugueses partilharam outras terras, cruzando-se com povos de outras culturas. Actualmente é em Portugal que, cada vez mais, encontramos um espaço de partilha e encontro de pessoas com culturas e línguas diversas. Somos permanentemente confrontados com outros valores e crenças e isso coloca-nos questões e desafios.

Aprender a comunicar é fundamental e requer de cada um de nós um melhor conhecimento de si para se poder relacionar com o/a outro/a sem “pré-conceitos”. Só comunicando é que é possível esclarecermos equívocos, compreendermos e aceitarmos quadros de referência diferentes. Transformar as diferenças em diversidade, cerzindo um novo tecido social em que a interculturalidade seja encarada como uma riqueza, é o desafio do presente que a todos/as implica.

Como fazer?

- O centro de formação é cada vez mais um lugar de encontro de culturas. É importante promover a visibilidade e o reconhecimento desta diversidade como uma oportunidade e uma fonte de aprendizagem para todos/as.
- Proporcionar que a mediateca do centro promova a aquisição de livros, filmes e revistas sobre as diferentes culturas de origem dos/as formandos/as.
- Incentivar a equipa de formação para a descoberta das diferentes culturas dos/as formandos/as de forma a potenciar uma melhor relação pedagógica. Ler obras de literatura ou ir a espectáculos de música das várias culturas, pode ser um bom começo. Ter cuidado para não se ficar só pelo estereótipo. Ex: A cachupa como sinónimo da cultura cabo-verdiana.



- Aproveitar todos os pretextos para dar visibilidade e realce à diversidade cultural existente no centro, organizando palestras, festas, semanas gastronómicas, etc.
- O plano de formação, planeado de acordo com a diversidade cultural e religiosa. É importante não marcar testes ou provas finais em dias festivos importantes para algum grupo religioso. Ex: Nem todos/as festejam o Natal, a 25 de Dezembro!

3 - Viver de acordo com estilos de vida sustentáveis tendo em conta as questões ambientais

O princípio do desenvolvimento sustentável está no coração do projecto europeu. Tem como objectivo “responder às necessidades das gerações actuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras” e consagra como direito fundamental a obrigação de integrar a dimensão ambiental em todas as políticas europeias. Apesar das políticas delineadas, sabemos que vivemos uma fase crítica da história da Humanidade e do planeta porque enfrentamos gravíssimos problemas ambientais. Assim, é urgente, que os governos e os/as cidadã/os se empenhem na protecção da natureza, de forma a proteger o “nosso” único e precioso habitat.

Como fazer?

- O centro de formação deve estar em articulação com as Entidades Públicas e as Associações que trabalham na área ambiental, estimulando os/as formandos/as à participação nas campanhas desenvolvidas por estas instituições.
- Promover a eficácia energética, a economia de energia, bem como, a utilização de energias renováveis.
- Poupar água. Ter sempre as torneiras bem fechadas. Utilizar sistemas de rega eficientes (gota a gota). Sensibilizar para se tomarem duchas rápidas depois das actividades. Minimizar as descargas dos autoclismos.
- Construir e utilizar uma caixa de compostagem no jardim e estimular os formandos à sua utilização.
- Promover uma política expressa na utilização dos 5 R'S:
 1. Repensar – Não comprar coisas supérfluas.
 2. Reduzir – Reduzir ao máximo materiais prejudiciais à natureza.
 3. Reutilizar – Sempre que possível reutilizar materiais e comprar produtos em segunda mão.
 4. Reparar – Utilizar o mais possível todos os aparelhos, reparando-os quando se avariarem.
 5. Reciclar – Dividir todo os materiais recicláveis e fazer um bom uso dos ecopontos.

4 - Viver como cidadã/o da União Europeia

Já foi no longínquo dia 9 de Maio de 1950, que Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, apresentava a sua proposta relativa a uma organização da Europa, fundamentada na União do Carvão e do Aço, principalmente com vista a evitar novas guerras entre os povos europeus. Em 1986 foi a vez de Portugal integrar o espaço europeu. Ainda é longo o caminho para que a União Europeia se afirme verdadeiramente, como a Europa dos cidadãos/ãs, como um espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Isso pressupõe que a construção da cidadania europeia, tenha que estar presente, na formação de base de todos os/as cidadã/os dos 27 países que actualmente integram a União Europeia, com línguas e culturas diversas.

Como fazer?

- Preocupação de manter actualizada a documentação sobre a “vida” da União Europeia. Haver uma estante na mediateca do centro, com os diversos tratados, e documentação de informação que o serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias distribuem gratuitamente, através da Web.
- Convidar Deputados/as Portugueses/as do Parlamento Europeu para

relatar a actividade do Parlamento Europeu de forma a estimular a participação política dos/as formandos/as.

- Festejar o dia 9 de Maio, o dia da Europa, aproveitando o pretexto para projectar filmes e organizar debates sobre a União Europeia.
- Participar em projectos europeus que desenvolvam parcerias com outros países.

5 – Gerir o desenvolvimento da própria carreira

É hoje comumente aceite que a noção de carreira já não é sinónimo de um único “grande projecto profissional” mas é sobretudo a concretização de múltiplos pequenos projectos, ao longo dos quais os/as profissionais serão chamados/as a desenvolver experiências diversificadas, tendo permanentemente necessidade de novas competências. Para isso é necessário o desenvolvimento de uma verdadeira política de aprendizagem ao longo da vida. Esta “turbulência” ainda é recente e por isso é natural que as pessoas e as organizações tenham ainda dificuldade de se mover neste novo paradigma. Torna-se portanto muito importante que ao longo do processo formativo, os/as formandos/as desenvolvam as competências necessárias para lhe fazer face. Da nova estratégia de Lisboa ressalta claramente -”...o desenvolvimento sustentável, com mais e melhores empresas e empregos, exige um espírito empreendedor por parte de todos”.

Empreender, basicamente é fazer as coisas acontecerem. Pode-se dizer que o grau de empreendedorismo varia de pessoa para pessoa. O que é certo, é que se uns/umas são empreendedores/as natos/as, outros/as podem melhorar essas capacidades, competindo ao centro de formação proporcionar condições para que tal aconteça.

Como fazer?

- Proporcionar formação sobre empreendedorismo a toda a equipa formativa, para que o centro possa ser empreendedor no desenvolvimento dessa competência junto dos/as formandos/as.
- Mais do que “ensinar empreendedorismo” é importante pôr os/as formandos/as a participar:
 - na própria gestão das diversas actividades do centro;
 - no desenvolvimento de projectos com a comunidade e com o mundo empresarial, em que tenham que planificar, organizar e avaliar;
 - na organização de pequenas feiras em que os/as formandos/as possam criar os seus próprios “micronegócios”
 - festejar o dia 13 de Dezembro, o Dia Europeu do Empreendedor;
 - integrar no currículo, informação sobre as várias políticas públicas de apoio à criação do próprio emprego, microcrédito, etc.

6 – Desenvolver o domínio de línguas estrangeiras

Num mundo globalizado, em que o capital circula sem fronteiras, é indispensável que os/as profissionais também o possam fazer, tirando partido de um mundo transformado em aldeia global. Para uma maior eficácia destas novas perspectivas de internacionalização dos percursos profissionais, o domínio de várias línguas é indispensável.

Como fazer?

- Implementar a participação do centro de formação em projectos europeus que possibilitem a troca de formandos/as entre os vários países.
- Fomentar a geminação com centros de formação de outros países que possibilitem troca de correspondência, e-mail, filmes, livros, revistas etc.
- Disponibilizar na mediateca do centro, recursos didácticos multimédia para a aprendizagem das línguas, através da autoformação.
- Todos os pretextos são bons para despertar os/as formandos/as para esta necessidade.

Temos consciência que apenas apontamos pequenas sugestões para um trabalho de tão grande envergadura. Também aqui faz todo o sentido, pensar “glocal”. Acreditamos verdadeiramente, que uma formação de qualidade, que prepare os cidadãos e cidadãs para os desafios de hoje, que ajude a transformar os comportamentos individuais pode alcançar resultados nas transformações globais que todos/as desejamos, para conseguirmos um futuro mais justo.

Maria Viegas
Formadora



Das pessoas, para as pessoas

A intervenção da ADICES na Agueira, Dão e Caramulo

“Das pessoas, para as pessoas”. A estratégia definida no Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+ trespassa toda a intervenção da ADICES - Associação de Desenvolvimento Local.

Desde que iniciou a sua actividade, em 1991, a ADICES, tendo por objectivo contribuir para o desenvolvimento da sua zona de actuação (concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela) e a melhoria da qualidade de vida da população, identificou as pessoas como o aspecto central da sua intervenção, constituindo estas o ponto de partida e o objectivo final desta associação.

A capacitação das pessoas ao nível da qualificação escolar e profissional e, sobretudo, ao nível da sua dimensão de cidadania, constituem as bases, a partir das quais se estruturam os planos de desenvolvimento desta associação para este território. “A qualificação das pessoas é a questão central entre todas as outras que consideramos essenciais para o território: a fixação da população jovem na região, a valorização dos recursos locais e a dinamização da economia local. Só com pessoas qualificadas é que vamos conseguir atingir a competitividade, a coesão e a cidadania, domínios decisivos para o desenvolvimento do território”.

É uma “corrida de fundo”, define Regina Lopes, que teve início no primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), no âmbito de programas como EUROFORM, NOW e LEADER. Este último, mais do que meios financeiros, trouxe uma nova metodologia que mostrou o caminho para o desenvolvimento do território e da própria associação. Uma abordagem territorial, numa articulação entre instituições e a população, que permitiu conhecer a fundo os desequilíbrios de forma a estabelecer um plano de desenvolvimento para o território. Para Regina Lopes, o LEADER I foi “uma revolução metodológica”, que, pela sua dotação financeira, “permitiu outros voos”.

Englobando um conjunto de estratégias em torno dos recursos locais do território, o Plano de Acção Local (PAL) do LEADER I comportava uma forte dimensão formativa, procurando colmatar algumas das necessidades identificadas nesta área, nomeadamente no sector do turismo (hotelaria e restauração). De acordo com a coordenadora da ADICES, as primeiras acções de formação profissional promovidas pela associação tiveram um grande impacto não só ao nível dos profissionais do sector, nas suas vidas, mas também das organizações que começaram a olhar para estas questões com outros olhos.

Estava dado o primeiro passo da grande caminhada que a ADICES tem vindo a fazer em torno da qualificação dos recursos humanos (crianças, jovens, população adulta, população portadora de deficiência, idosos), ao longo dos três Quadros Comunitários de Apoio, em que foi entidade gestora e promotora de projectos/acções relevantes para o território na área da formação no âmbito de programas como EUROFORM, NOW I e II, Escolas-Oficina (IEFP), IC-PME, PESSOA, POEFDS, Programa Operacional do Centro, LEADER I e LEADER II.

Os resultados não são imediatos; os contextos mudam, as dinâmicas vão-se alterando... Os investimentos na área produtiva e na animação local também são importantes, defende a coordenadora da ADICES. “O território tem algumas dinâmicas às quais tentamos responder apoiando

financeiramente projectos propostos pelas organizações; mas existem áreas que apresentam maiores fragilidades ou há um claro subaproveitamento de recursos nas quais temos de ser nós, como associação de desenvolvimento local, a apresentar propostas concretas de trabalho, geralmente em parceria com outros actores locais”.

Áreas como a infância, refere, aludindo ao emblemático projecto promovido em 1995 pela ADICES “Imagens do Desenvolvimento na Infância, no quadro do LEADER I e que teve, de certa forma, continuidade no projecto do Vector 2 (Cooperação) do Programa LEADER+ “Região Solidária - Imagens da Minha Terra, Perspectivas do Meu Futuro”, (VER CAIXA) e no projecto de criação de Gabinetes de Orientação Escolar e Profissional”. Um projecto promovido pela ADICES em parceria com o Centro de Emprego de Tondela e o apoio dos Agrupamentos de Escolas e municípios. Este projecto centrou-se no 3º Ciclo do Ensino Básico, possibilitando aos alunos a descoberta das suas vocações e capacidades, permitindo-lhes uma percepção mais clara e correcta do mundo das velhas e novas profissões.

Qualificação das pessoas enquanto pessoas

Não que o território de intervenção da ADICES seja especialmente diferente, salienta Regina Lopes. À semelhança do resto do país, este território mantém um conjunto de problemáticas que têm a ver, de acordo com a coordenadora da associação, com a dificuldade em fixar a população, sobretudo a mais jovem e em idade activa, e a existência de um capital humano envelhecido e pouco qualificado, que explica, em parte, as dificuldades de afirmação deste território ao nível económico.

Território, cujos sucessivos estudos de diagnóstico das necessidades da população tendem a (re)afirmar, no que respeita à formação, o baixo nível de educação e formação dos indivíduos, uma disponibilidade significativa de mão-de-obra não qualificada, e a carência de mão-de-obra qualificada em sectores e aspectos definidos como estratégicos no território, tais como: animação local; formadores qualificados; equipamentos colectivos (animação e dinamização, manutenção e funcionamento); serviços públicos locais (modernização e qualificação); desenvolvimento pessoal; sector agro-alimentar; paisagem (preservação, sensibilização, promoção); floresta (viabilização, preservação, sensibilização, dinamização); água (preservação, sensibilização); iniciativa empresarial e empreendedorismo (promoção); micro, pequenas e médias empresas (gestão, qualificação); diversos sectores produtivos (qualificação tecnológica, promoção, viabilização); comércio e serviços (modernização, qualificação, promoção); turismo (qualificação, promoção, animação).

Paralelamente, à medida que as questões referentes aos recursos humanos nas suas várias dimensões, sobretudo no que respeita à sua qualificação escolar e profissional, assumem uma importância crescente como factores-chave no desenvolvimento das comunidades locais, verifica-se na população uma atenção e reconhecimento crescentes do papel da formação profissional como factor fundamental no acesso da pessoa activa ao mercado de trabalho e na consolidação do emprego.

Mais uma razão para que a ADICES continue a apontar a qualificação escolar e profissional como um instrumento fundamental na prossecução dos objectivos de desenvolvimento definidos para o território, nomeadamente no que respeita à promoção do acesso da população activa desempregada ao mercado de trabalho e à consolidação dos postos de trabalho da população activa empregada.

Acreditada pelo Instituto para a Qualificação na Formação (IQF) há mais de 10 anos, declarada entidade de utilidade pública em 2000, a ADICES viu, em 2004, aprovada uma candidatura para a criação de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC). Em 2006, foi uma das entidades seleccionadas a nível nacional para integrar a fase experimental de implementação do Sistema de Reconhecimento e Validação de Competências para o nível Secundário (12º ano). “A nossa perspectiva é a qualificação das pessoas enquanto



pessoas; por isso, temos delineado uma intervenção que prevê uma abordagem da população desde o 1º Ciclo do Ensino Básico, porque precisamos de adultos activos, inteligentes, com capacidade crítica e de iniciativa. Depois temos outra preocupação ao nível da qualificação centrada nas pessoas com mais de 18 anos que não têm a escolaridade mínima obrigatória. Tentamos trabalhar este público ao nível da certificação das competências no RVCC, porque estas pessoas estão muitas vezes condicionadas no acesso à formação profissional por não terem a escolaridade mínima obrigatória. Neste momento, introduzimos mesmo como objectivo a generalização do nível Secundário (12º ano), através do sistema formal de ensino ou do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências”.

Um objectivo ambicioso, atesta Regina Lopes, mas possível, só que não até 2010, como a Administração Central fixou. “Neste momento, temos cerca de 2.000 inscritos no CNO [Centro Novas Oportunidades - como passaram, entretanto, a designar-se os CRVCC]. Entretanto outra preocupação que queremos reforçar no futuro é a qualificação dos profissionais no activo e dos nossos dirigentes, das organizações e empresas, onde existe um claro problema de liderança”.

É um caminho longo, que se faz caminhando... “Há níveis de confiança que têm de se estabelecer, cumplicidades que têm de ser criadas; é esta a nossa perspectiva, e é assim que temos feito o nosso caminho, consolidando as nossas parcerias. É um caminho que só se faz com tempo e o problema é que nem sempre nos dão esse tempo”.

Fruto também das diversas parcerias com organizações do território (escolas profissionais, câmaras municipais, bibliotecas, etc.), a ADICES tem ainda uma articulação e cooperação que possibilitam a obtenção/aproveitamento de outros recursos de apoio à formação, a par do conjunto de recursos que foi consolidando ao longo do tempo e que lhe permitem dar resposta às exigências básicas para a realização dos seus planos formativos, nomeadamente, uma sala de formação com capacidade para 30 formandos, devidamente equipada; um Centro de Recursos, também sala de formação; uma sala de atendimento/entrevistas e de actividades para formadores; e um espaço de funcionamento do Centro Novas Oportunidades.

Na preparação do novo período de intervenção para 2007/2013, e depois de 17 anos de actividade, a ADICES definiu uma metodologia de trabalho que implica o envolvimento dos parceiros do território em todas as fases inerentes à construção e implementação do plano de desenvolvimento. Este plano e este processo designou-se como “Um Pacto de Desenvolvimento para o Território” e é aberto a todas as organizações da região que nele queiram participar. Estruturou-se inicialmente e, na fase da concepção, em oficinas de trabalho, evoluindo na fase de implementação para a constituição de plataformas temáticas (1. Dinamização Económica; 2. Floresta; 3. Qualificação Urbano-ambiental; 4. Educação – Formação; 5. Coesão Social; 6. Associativismo) cuja intervenção é definida e estabilizada num instrumento metodológico designado por “Cartas de Missão”. O “Pacto de Desenvolvimento para o Território” representa, simultaneamente, “o ponto de partida e o instrumento de chegada para enquadrar a intervenção futura, assegurando para a sua elaboração uma combinação dinâmica entre as dimensões técnica e institucional”.

Esta metodologia é inovadora no território por diversas razões: é um processo no qual podem participar todas as organizações da região como já foi referido; é um processo que prevê o envolvimento dos parceiros não só na fase de concepção mas e, sobretudo na fase da implementação, é um processo que pretende congrega os parceiros em torno de projectos “âncora”, é um processo que cria um efeito e dinâmica de rede de desenvolvimento no território.

A pensar no futuro e numa intervenção mais eficaz e eficiente, a ADICES prepara-se também para iniciar o processo de Certificação da Qualidade da associação.

Pois, à medida que o tempo vai passando, a coordenadora da ADICES está cada vez mais certa de uma coisa: “Os contextos mudam, as dinâmicas vão-se alterando mas as necessidades de intervenção a nível local permanecem, os desafios que se colocam neste momento ao planeta e à humanidade reforçam a importância da dimensão local do desenvolvimento, lembrando-nos a nossa condição de seres vivos ‘inteligentes’ (?)”.

Paula Matos dos Santos

Imagens do desenvolvimento

“Região Solidária - Imagens da Minha Terra, Perspectivas do Meu Futuro”, é um projecto de cooperação interterritorial idealizado pelas oito ADL da Beira Litoral para os seus territórios de intervenção, no âmbito do Vector 2 do programa LEADER+, que perspectiva a promoção de valores tais como Desenvolvimento Sustentável, Identidade Local, Solidariedade e Cidadania, junto das comunidades educativas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Procurando fomentar a diferenciação territorial através da promoção o conceito “Região Solidária”, sensibilizar a comunidade escolar e a comunidade em geral para as boas práticas solidárias e reforçar uma atitude colectiva activa através da promoção da solidariedade, voluntariado, cidadania, educação e civismo, o projecto consiste na produção de material lúdico, didáctico e pedagógico de apoio ao professor e ao aluno, baseado nas temáticas e questões centrais do mesmo.

O projecto da ADICES envolve um universo total de 74 escolas e 2325 alunos. Os materiais produzidos estão articulados ou contextualizados com o Plano Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, podendo ser ensinados quer dentro da componente lectiva, quer extracurricular.

Na ADICES, este projecto dá, de certa forma, continuidade ao projecto “Imagens do Desenvolvimento na Infância”. Uma iniciativa pioneira lançada pela associação, em 1995, no âmbito do programa LEADER, destinado às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico dos quatro concelhos da sua zona de intervenção. Às 3681 crianças envolvidas no projecto foi-lhes lançado o desafio “Como vês a tua terra no presente e como pensas que será no futuro?”, dando-lhes a possibilidade de expressarem, através de desenhos e textos, as suas representações acerca do presente e as suas expectativas quanto ao futuro da região em que vivem. Os materiais produzidos foram

objecto de análise de conteúdo e deram origem à produção de um conjunto de materiais didácticos (livros, jogos, cadernos) destinados às crianças e posteriormente distribuídos pelas escolas.

Em 1999 teve lugar uma segunda fase do projecto, desta vez com as crianças dos Jardins de Infância, envolvendo cerca de 4500 crianças do território. “Conscientes de que o meio que as rodeia é dinâmico e vai ao longo dos tempos sofrendo alterações, as crianças depressa retratam a realidade que as rodeia e “voam” em frente, rumo ao futuro, dando asas à sua imaginação”.



Turismo como factor de desenvolvimento local

O sector do turismo é um dos mais importantes da economia portuguesa, representando entre sete e oito por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e garantindo perto de 10 por cento do emprego nacional. Desempenha, assim, um papel estruturante para a economia local, pela população empregue e pelos efeitos multiplicadores que induz em várias áreas.

No território da Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva (ADDLAP), o sector do turismo apresenta um forte potencial para o desenvolvimento local sustentado e revitalização do tecido económico rural, uma vez que é possível encontrar nesta região, pelo menos, cinco dos 10 produtos definidos pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), nomeadamente: Turismo de Negócios/Reuniões; *Touring* Cultural e Paisagístico; *Tours* de Vinho e Gastronomia, *Golf Travel*, e Saúde e Bem-estar. Dentro da mesma linha, a oferta hoteleira classificada como Turismo no Espaço Rural (TER) tem assegurado a revitalização do tecido económico rural, possibilitando a recuperação do património construído, a mostra e comercialização de alguns dos produtos endógenos, tais como o artesanato e os produtos agrícolas frescos e transformados.

De facto, a área de intervenção da ADDLAP possui um diversificado património cultural, natural, arqueológico, arquitectónico e paisagístico, passível de ser reabilitado e valorizado, nomeadamente através da criação de rotas e motivações turísticas e temáticas, designadamente na Cultura e Paisagem, Saúde e Bem-estar, e Vinho e Gastronomia.

Com o objectivo de preparar o próximo período de programação financeira 2007-2013 a ADDLAP promoveu, no seu território de intervenção, um ciclo de *workshops* intitulado “O Turismo como Factor de Desenvolvimento Local” que envolveu, sobretudo, agentes deste sector no território, nomeadamente a região de turismo, autarquias, empresários, associações, instituições de ensino superior, profissional e secundário e outras de âmbito regional e nacional com competências na área. Esta iniciativa enquadrou-se no projecto de cooperação “QTA - Qualificação do Turismo Activo” (Programa LEADER+/ADDLAP - Vector 2 - Cooperação Interterritorial) e contou com um painel de oradores representativo, em termos das matérias abordadas e conhecedores da região, que promoveram o debate e reflexão, com o seu saber e experiência. Neste contexto, foram discutidas temáticas relacionadas com o TER, Turismo Ambiental e Turismo Activo.

Paralelamente, na área da Formação, a ADDLAP também promoveu o curso “Técnicos de Animação Turística”, integrado no Plano Operacional (PO) Centro, Eixo 2, Medida II.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, que teve como objectivo colmatar uma carência detectada no seio deste sector.

Três *workshops* para qualificar o turismo

O primeiro *workshop* teve como principal objectivo dar visibilidade ao sector do TER, as suas potencialidades e perspectivas ao nível da região Dão, Lafões e Alto Paiva. Ou seja, foi destacada a tipologia de projectos apoiados pela ADDLAP durante o último Quadro Comunitário de Apoio (QCA), bem como a importância dos mesmos para a dinamização

e sustentabilidade do território, tendo sido apoiadas candidaturas em áreas como as infra-estruturas e equipamentos turísticos, a promoção e divulgação turística, a animação turística, a animação sociocultural, os percursos pedestres, a interpretação ambiental, a gastronomia e o folclore. Foi também abordado o enquadramento legal dos empreendimentos turísticos e do TER, o percurso a seguir até ao licenciamento e a oferta existente desta modalidade de alojamento na região. Fez-se referência à importância crescente do turismo no mundo e em Portugal, complementada com o diagnóstico do TER, as tendências da procura, assim como o interesse destas unidades ao apostarem no *marketing* relacional como forma de captar e reter clientes.

Ficou, igualmente, demonstrada a importância de associar o turismo rural à cultura local, constituindo atributos específicos desta modalidade turística, a qualidade ambiental e paisagística, a hospitalidade, a preservação das tradições e do património, a autenticidade e a qualidade da oferta, como alavanca para o desenvolvimento das comunidades rurais. Como factor de diferenciação relativamente a outros destinos destacou-se a aposta nas especificidades da região, nomeadamente: termas, rotas temáticas, sabores, eventos e desportos activos.

A mobilização e o envolvimento das entidades, dos agentes locais e da sociedade civil, na definição de uma estratégia de desenvolvimento para o território da ADDLAP, prosseguiu com a realização do segundo *workshop* intitulado “Turismo Ambiental”, cuja finalidade foi divulgar e promover as potencialidades e perspectivas de desenvolvimento deste tipo de turismo, com especial destaque para o município de Vila Nova de Paiva, que possui uma considerável extensão de território incluída na Rede Natura 2000. Realçou-se, neste encadeamento, o facto deste município ter eleito a ecologia como base para o seu desenvolvimento, sendo designado por “Capital Ecológica”.

Foi abordado o enquadramento legal do turismo de natureza e as suas potencialidades na região, bem como a experiência da ADDLAP, nomeadamente a estratégia e os projectos implementados na área ambiental, salientando-se a importância das parcerias e das potencialidades do território a desenvolver: território marcadamente rural, forte presença da água e de montanha.

Este ciclo culminou com o *workshop* sobre “Turismo Activo”, que viu debatidas diversas temáticas, designadamente: o contacto directo com a natureza, a valorização da floresta como recurso natural a preservar, o turismo acessível, a formação adequada dos monitores, dos praticantes e da população em geral, e a importância das parcerias. Desta forma, os elementos naturais revelam-se fundamentais no desenvolvimento de práticas desportivas ligadas à natureza, contribuindo para o crescimento de 16 por cento desta modalidade de turismo, em Portugal.

Todos os *workshops* foram enriquecidos com a apresentação de um caso prático de sucesso proveniente deste território: a Aldeia da Póvoa Dão (TERural); o *Waterwaysnet* - projecto promovido pela ADDLAP em Lafões, que consistiu na instalação de três centros de interpretação, implementação de vários percursos pedestres interpretativos e elaboração do guia “Rios – Ecoguias para a Descoberta do Vouga”; o Parque Botânico “Arbutus do Demo”; o projecto “Qualificar o Turismo Activo”; e a experiência da “Ritual Terra” e da “Cankay”, ambas empresas de animação turística a operar no território da ADDLAP.

Ainda no âmbito do projecto “Qualificação do Turismo Activo”, irão realizar-se a médio prazo mais três iniciativas no território da ADDLAP, em 2008: curso de mergulho, em Vila Nova de Paiva (o primeiro decorrerá na segunda quinzena de Abril); descida do rio Vouga em *Kayak*, em Lafões (7 de Junho) e encerramento deste projecto, em Viseu, (Julho).

Guilherme Almeida
Presidente da Direcção da ADDLAP



Canagem / ADDLAP



Agueira, Dão e Caramulo

Agueira, Dão e Caramulo. A albufeira e a barragem. O rio, Dão. A Serra. Água e floresta. Granito e xisto. Vinha e vinho. Património arquitectónico e arqueológico. São os principais elementos que caracterizam a zona de intervenção da ADICES.

A sul e sudeste, o Mondego. A oeste e sudoeste, a Serra do Buçaco. A norte e noroeste, a Serra do Caramulo. A sub-região Agueira, Dão e Caramulo constitui a Zona de Intervenção (ZI) da ADICES - Associação de Desenvolvimento Local. Localizada na região Centro, abrange a globalidade dos concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, pertencentes ao distrito de Viseu, inscritos na NUT III Dão-Lafões.

Abrangendo uma área total de 851,2 km², os concelhos com maior área geográfica são Tondela e Mortágua, 373,3 km² e 248,6 km², respectivamente. Carregal do Sal, com 113,7 km² e Santa Comba Dão, 112,5 km² equivalem-se em área, embora o primeiro tenha menos freguesias (sete) que o segundo (nove). Os concelhos de Tondela e Mortágua registam também o maior número de freguesias, 26 e 10, respectivamente. No total, a ZI da ADICES conta com 52 freguesias.

Atravessada por vias rodoviárias (IP3, IC12) e ferroviárias (Linha da Beira Alta) de relevância, contribuindo para a sua posição estratégica, a ZI da ADICES apresenta um conjunto de problemáticas, semelhantes às de outras regiões, e que têm a ver, segundo a coordenadora do Grupo de Acção Local (GAL) da ADICES, Regina Lopes, com a dificuldade em fixar a população, sobretudo a mais jovem e em idade activa.

Os quatro concelhos detinham em 2001, segundo os Censos do Instituto Nacional de Estatística (INE) uma população residente total de 64.415 habitantes, o que correspondia a uma perda de população (-2,2%) face a 1991, contrariando a evolução positiva registada na NUT Dão-Lafões e região Centro no mesmo período. Carregal do Sal, apresentando uma variação negativa (-5,3%), é o concelho que regista o valor mais

expressivo, passando de 10.992 habitantes em 1991, para 10.411 em 2001. Santa Comba Dão é o único concelho que acompanha a tendência da região, registando no período 1991-2001 um ganho populacional de 2,2 por cento.

De acordo com os dados do INE, Santa Comba Dão é o concelho mais populoso, registando, em 2001, uma densidade populacional de 110,3 hab./km². Carregal do Sal e Tondela apresentam valores próximos, 88 hab./km² e 83 hab./km², respectivamente, e Mortágua um valor muito inferior, 40,9 hab./km². De acordo com o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+ da ADICES, estes valores podem ser explicados, em parte, pelos padrões de ocupação do solo. Mortágua, por exemplo, com uma intensa cobertura florestal, apresenta o valor mais baixo. O PDL da associação assinala ainda uma pressão desigual ao nível das freguesias, com uma tendência para a concentração nas sedes de concelho.

O envelhecimento da população e os surtos migratórios, associados a uma incapacidade de atrair e fixar residentes, são as principais razões para a regressão da população. Para Regina Lopes, “estamos hoje a viver aquilo que se anunciava na década de 80 como um grande problema, que é transversal a todo o país mas é seriamente sentido em meio rural: o envelhecimento da população”. Dados relativos a 2004, do Anuário Estatístico da Região Centro, apontam um índice de envelhecimento de 174,2 por cento para a ZI da ADICES, muito acima da média para Dão-Lafões (135,9%) e região Centro (138,2%). A mesma fonte assinala uma taxa bruta de natalidade de 7,4 por cento e uma taxa bruta de mortalidade de 12,7 por cento, com os concelhos de Tondela e Santa Comba Dão a ultrapassarem esta média, com 13 por cento e 13,9 por cento, respectivamente.

Em matéria de educação e formação, o conjunto dos quatro concelhos acusa alguma debilidade em matéria de qualificações, semelhantes às da Região Centro. Dos 64.415 habitantes da ZI da ADICES, 29.180 não foram além do 1º Ciclo do Ensino Básico e apenas 7269 completaram o Ensino Secundário. Ao Ensino Superior chegaram 4138. Sem nenhum nível de ensino contam-se 5795 mulheres e 3369 homens. Ainda que estes valores (referentes a 2001) representem uma melhoria relativamente à década anterior, fruto da adopção da escolaridade obrigatória no final do

3º Ciclo, torna-se crucial uma aproximação à taxa zero. Uma tarefa que, segundo Regina Lopes, embora difícil, se revela essencial no conjunto de prioridades estratégicas para o território. “A qualificação das pessoas é o aspecto central; só com pessoas qualificadas é que conseguiremos atingir a competitividade, coesão e cidadania, domínios decisivos para o desenvolvimento do território”.

O capital humano envelhecido e pouco qualificado da ZI da ADICES, incapaz de responder a um padrão produtivo mais exigente, explica, em parte, as dificuldades de afirmação deste território a nível económico. De acordo com as estatísticas da Região Centro, de 2004, o conjunto dos concelhos da ZI apresenta uma taxa de actividade (41,5%) inferior à média regional (45,5%). Os mesmos resultados assinalam uma taxa de desemprego de 6,6 por cento para a ZI, afectando sobretudo população com baixos níveis de instrução.

O PDL da ADICES sublinha ainda o desemprego gerado pela regressão do sector primário nos quatro concelhos da ZI. A menor expressão do sector primário (14%) é acompanhada por uma maior terciarização (47%). Os maiores constrangimentos ao desenvolvimento da actividade agrícola passam sobretudo pela reduzida dimensão da propriedade, falta de estruturas de comercialização, envelhecimento e baixa qualificação dos produtores e exercício desta actividade predominantemente como complemento.

No conjunto dos quatro concelhos, é em Mortágua que as actividades agrícolas, de produção animal e silvícolas ganham maior expressão, devido ao peso da floresta que cobre cerca de 80 por cento do concelho. Tondela e Carregal do Sal são aqueles que registam uma maior dinâmica da actividade económica, principalmente o primeiro que congrega quase metade dos estabelecimentos e do volume de emprego dos quatro concelhos. Beneficiando da proximidade de Viseu, Tondela tem vindo a registar um peso crescente da indústria transformadora e construção, os sectores com maior capacidade empregadora na ZI. O comércio, embora predomine em número de estabelecimentos, representa apenas 17 por cento do emprego da ZI.

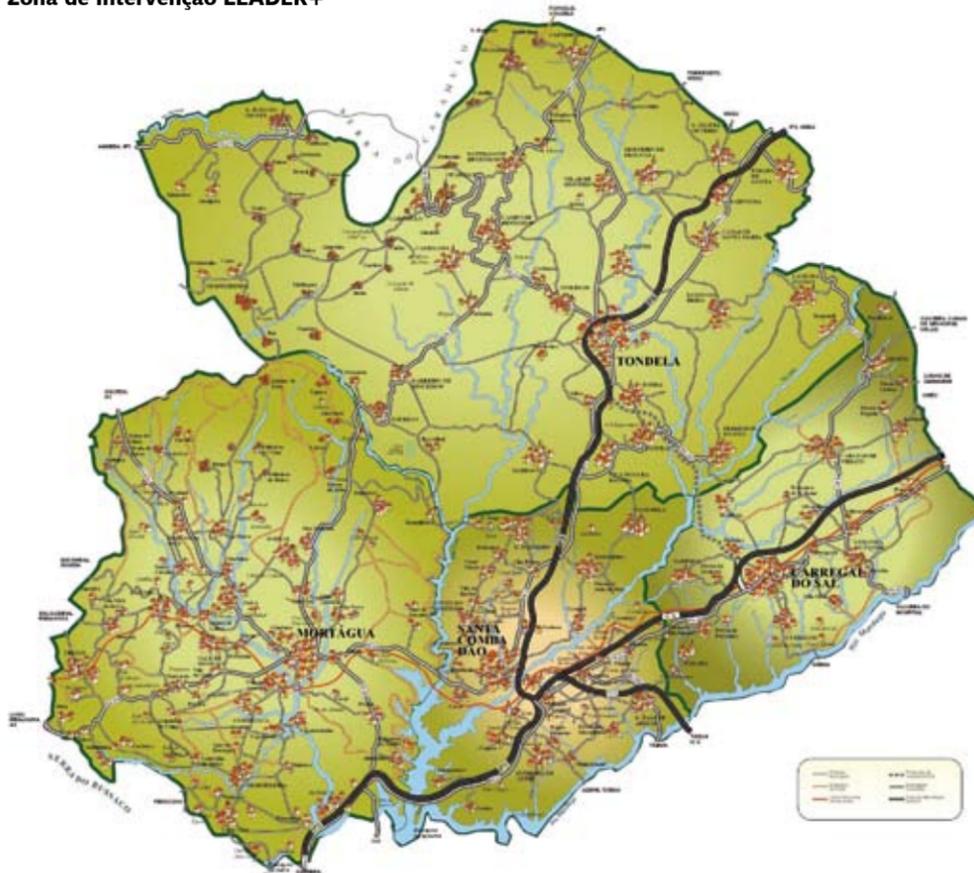
Água e floresta animam turismo

As actividades associadas ao turismo surgem, indubitavelmente, ligadas à Aguieira, Dão e Caramulo: os elementos naturais que caracterizam a ZI da ADICES. A albufeira e barragem da Aguieira, o Dão e o Criz (afluentes do Mondego), mas também o Dinha, o Asnes, o Mau e outros inúmeros cursos naturais de água doce de menor caudal. O Caramulo, a granítica Serra que faz a transição entre as formas aplanadas do Baixo Vouga e Baixo Mondego e a Plataforma do Mondego. Além da sua beleza natural, o Caramulo, outrora o maior centro sanatorial da Península Ibérica, contando, na sua fase de apogeu, com 18 grandes sanatórios, afirma-se hoje em dia ao nível da hotelaria, através de uma nova e original oferta.

Água e floresta, cobrindo mais de metade do território, onde predomina o eucalipto; recursos naturais que desde sempre funcionaram como factor de fixação de vários povos neste território, como o atesta o vasto e diversificado património arqueológico. Os vestígios mais antigos remontam ao pré-histórico e manifestam-se através da presença de inúmeros monumentos megalíticos e sepulturas antropomórficas.

Um importante legado que, na perspectiva da sua salvaguarda e valorização, se encontra devidamente inventariado e classificado. Partir à descoberta desses tempos idos, é a proposta do município do Carregal do Sal quer, através dos circuitos arqueológicos da Cova da Moira e

Zona de Intervenção LEADER+



Fiais/Azenha (freguesia de Oliveira do Conde) e Cimalhinhas (Cabanas de Viriato), quer da exposição permanente de arqueologia patente no Museu Municipal, instalado no antigo solar dos Soares de Albergaria. Outra possibilidade de descobrir o património natural e cultural da ZI da ADICES, são os percursos pedestres da Serra do Caramulo – de pequena rota, entre os sete e os nove quilómetros, utilizando caminhos rurais, e a duração de quatro a seis horas –, em contacto com as aldeias típicas serranas, em granito e xisto, prados verdes, pontes, moinhos e calçadas romanas, solares, igrejas e capelas barrocas, suas gentes, tradições, saberes e sabores.

O artesanato sobressai pelo barro vermelho da Gândara (Mortágua), a louça negra de Molelos (Tondela), a arte sacra (Carregal do Sal) e a cerâmica artística (Santa Comba Dão).

Na Aguieira, Dão e Caramulo, no concelho de Carregal do Sal e em algumas freguesias de Tondela, são produzidos o Queijo e o Requeijão Serra da Estrela (DOP). Os concelhos de Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Tondela integram a área geográfica de produção da Maçã Bravo de Esmolfe (DOP). Os quatro concelhos da ZI da ADICES encontram-se ainda abrangidos pela Região Demarcada do Dão, sendo, portanto, esta região associada a prestigiados vinhos tintos, de cor rubi e sabor aveludado, e brancos, delicados, frescos e uma bela cor citrina...

Fontes: PDL LEADER+ da ADICES; INE, Censos de 2001 e Anuário Estatístico da Região Centro 2004

Paula Matos dos Santos



Dolmen da Orca - Fiais - Oliveira do Conde (Carregal do Sal) / ADICES



Louça Negra de Molelos (Tondela) / João Lima

ADICES

Associação de Desenvolvimento Local



ADICES

ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO
LOCAL

Em 1991, Santa Comba Dão vê nascer a ADICES, numa iniciativa de duas técnicas – Regina Lopes e Maria Moura – em conjunto com os quatro municípios da zona de intervenção. O preâmbulo para esta história foi o curso de “Jovens Agentes de Desenvolvimento em Regiões de Emigração”, promovido pela CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. A partir desta experiência formativa de três anos, decidem apresentar um projecto de criação de uma associação de desenvolvimento local para o território. O que acontece em 1989. “A primeira abordagem foi meramente teórica”, revela Regina Lopes, a coordenadora da ADICES. Procuraram um território e desenvolveram um trabalho de investigação que identificou fragilidades e potencialidades. Depois deste investimento inicial, a receptividade dos municípios criou condições para o aparecimento da ADICES, e a insegurança inicial foi ultrapassada com recurso a “muitos estudos”. É nesta fase que se criam os Gabinetes de Apoio nas câmaras municipais e se desenvolve um trabalho de estabelecimento e consolidação de parcerias. Até que surge o LEADER; a ADICES candidata-se, e o território “Aguieira, Dão e Caramulo” é contemplado com o programa. Para Regina Lopes, trata-se de uma “revolução metodológica”, que “permitiu outros voos”. O primeiro Plano de Acção Local (PAL) procura “reforçar a componente de aprendizagem”, englobando uma forte dimensão formativa, nomeadamente na área de turismo. Estava dado o mote para uma das grandes prioridades da intervenção da ADICES: a qualificação. Ao longo dos três quadros comunitários de apoio, a ADICES foi gestora e promotora de planos de desenvolvimento elaborados no âmbito de iniciativas comunitárias como os programas LEADER, LEADER II, NOW I e NOW II, e EUROFORM, e esteve envolvida em projectos Interreg e EQUAL. Actualmente, assume particular importância o programa LEADER+. Ainda ao nível do património e requalificação do espaço rural, a interven-

ção foi desenvolvida com apoio dos Centros Rurais - Programa Operacional do Centro (Centro Rural Aguiéira Caramulo) e da medida Agris (Planos de Intervenção da Colmeosa, Lageosa do Dão, Marmeleira, Azenha e Souto Bom). Na vertente formativa, a associação é acreditada pelo Instituto para a Qualidade na Formação (IQF), e tem sido promotora de projectos e acções nesta área, através dos programas Escolas-Oficina, IC-PME, Pessoa, POEFDS e Programa Operacional do Centro. A associação viu aprovada uma candidatura para a implementação de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) e, “foi uma das entidades seleccionadas a nível nacional para integrar a fase experimental de implementação do Sistema de Reconhecimento e Validação de Competências para o nível Secundário (12º ano)”. Actualmente, a ADICES está a trabalhar para a construção de um “Pacto de desenvolvimento para o território”, que visa definir, de uma forma concertada entre os parceiros locais, “estratégias de trabalho para o futuro, com base na construção de um referencial de identificação de intervenções a assumir pelos diferentes parceiros deste território”. Esta dinâmica de trabalho em parceria já se encontra activa no envolvimento na construção e implementação de projectos de Luta Contra a Pobreza, através de parcerias activas nas Redes Sociais e Comissões Locais de Acção Social, e na participação em projectos de cooperação, nacional e transnacional, como o “Sementes de Futuro”, “Região Solidária: Imagens da Minha Terra, Perspectivas do Meu Futuro”, “Portugal Rural” e “Cooperar em Português”. Resultado destes anos de intervenção e experiência, a ADICES recebeu, em 2000, o estatuto de utilidade pública, e, neste momento, vai iniciar o processo de Certificação da Qualidade da associação.

ADICES

Av. General Humberto Delgado – Apartado 28
3440-325 Santa Comba Dão
Telefone: 232 880 080 / Fax: 232 880 081
E-mail: adices@mail.telepac.pt
Internet: www.adices.pt

Órgãos sociais

Direcção: Presidente Município de Carregal do Sal (Atílio dos Santos Nunes) | Vice-presidente Município de Mortágua (Afonso Sequeira Abrantes) | Vogal Município de Tondela (Carlos Manuel Marta Gonçalves) | Vogal Município de Santa Comba Dão (João António de Sousa Pais Lourenço) | Vogal Regina Maria Pinto Lopes | **Assembleia Geral:** Presidente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bairrada e Aguiéira (Fernando F. Matos) | 1º Secretário Filarmónica de Santa Comba Dão (Carlos Viegas) | 2º Secretário Vários - Cooperativa de Solidariedade Social, crl (Fernando Ribeiro) | **Conselho fiscal:** Presidente Escola Profissional de Tondela (João Carlos Figueiredo) | 1º Secretário Teatro Experimental de Mortágua (António João Lobo) | 2º Secretário Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato (José Pereira Dias)

Associados

Câmara Municipal de Carregal do Sal, Escola EB 2,3 de Carregal do Sal, Jornal “Página Beirã”, Centro Cultural de Currelos, Filarmónica de Cabanas de Viriato, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Nelas e Carregal do Sal, Câmara Municipal de Mortágua, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Bairrada e Aguiéira, TEM - Teatro Experimental de Mortágua, Associação de Produtores Florestais de Mortágua, IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais Beira Aguiéira, Câmara Municipal de Santa Comba Dão, Escola Secundária de Santa Comba Dão, Filarmónica de Santa Comba Dão, Grupo Desportivo Santacombadense, União Cultural e Desportiva de Cagido, Clube Recreativo de São Joaquinho, Câmara Municipal de Tondela, ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela, ADERETON - Associação de Desenvolvimento da Região de Tondela, Escola Profissional de Tondela, VÁRIOS - Cooperativa de Solidariedade Social, PUBLIDÃO - Edição de Jornal, Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, Fundação BALMAR Mortágua, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão, Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão, Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão, CARTELINHO, CRL, Confraria do Cabrito e da Serra do Caramulo, Associação Agro-pecuária Vale de Besteiros, Fundação Abel e João de Lacerda, Associação de Freguesias da Serra do Caramulo; nove sócios individuais.

PDL LEADER+

Melhorar a qualidade de vida das zonas rurais

Melhoria da qualidade de vida da população é o tema federador do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADICES para o território de “Aguieira, Dão e Caramulo”. Segundo Regina Lopes, a intervenção LEADER da ADICES inscreve-se em quatro linhas de trabalho que procuram responder à identificação do subaproveitamento de recursos. É perante estas dificuldades que se traçaram os “objectivos gerais de fixação da população jovem, reforço da identidade local, valorização dos recursos locais e dinamização da economia local”. Transversal a esta actuação, “a animação local do território é determinante, já que não se trata apenas de dotar o território de bens e equipamentos de interesse público e colectivo, mas sim criar um ambiente de positividade e confiança nas pessoas.” As pessoas surgem como elemento crucial de toda a intervenção. O objectivo central é a animação local do território, através do envolvimento da população, e com a promoção e valorização de aspectos imateriais da realidade local. Daí que a estratégia do PDL resulte da convergência de experiências e expectativas que

o conjunto de parceiros envolvidos transportou. A estratégia do PDL surge “de uma multiplicidade de contributos construídos e transmitidos ao longo de um percurso” e que resultam da resposta a constrangimentos identificados. Abandono da população jovem, envelhecimento progressivo, baixa qualificação dos recursos humanos, fragilidade do tecido produtivo, reduzida capacidade de iniciativa empresarial, problemas de natureza ambiental, desidentificação das pessoas com o território, existência de recursos locais bastante subaproveitados. Na actualidade, uma parte significativa do PDL desenvolve-se pela associação em consonância com as definições estratégicas do Pacto de Desenvolvimento para o Território. No âmbito do LEADER+, de acordo com dados da associação, até Abril de 2008 foi feito um investimento total na ordem de 5.176.462 euros, sendo 2.930.459 euros relativos a 67 projectos da Medida 1, e 1.225.509 euros correspondentes a 26 projectos da Medida 2. A cooperação, nacional e transnacional, teve um investimento de 350.393 euros.

Textos de João Limão

Equipa Técnica do GAL



Regina Lopes
Coordenadora

Cresce e estuda em Coimbra, onde completa a licenciatura em História. Indecisa no rumo profissional, acaba seduzida pelo curso de “Jovens Agentes de Desenvolvimento em Regiões de Emigração”, da CCDR. Termina três anos depois com projectos de criação de uma associação, acabando por fazer nascer a ADICES. Desde aí, permanece à frente da associação. Mais tarde, avança para um mestrado em Políticas Locais e Descentralização, na Faculdade de Economia de Coimbra, que deixa inacabado.



Maria Jorge Mendes
Técnica de projectos

Curso de Marketing e Publicidade (do IADE) na mão, fica em Lisboa um ano como Relações Públicas. Só que tem os “pés enterrados em Mortágua”, onde nasceu, e regressa a casa. Em Outubro de 1997 entra na ADICES, directamente para trabalhar no LEADER, nos serviços de proximidade, área produtiva e cultura. Depois, faz formação de formadores e assume as funções de coordenadora técnico-pedagógica.



Marisa Cantarinhas
Técnica de projectos

Natural da Santa Comba Dão, licencia-se em Organização e Gestão Turística, no ISLA, em Lisboa. No fim do curso regressa a casa e apanha a reestruturação da ADICES, em 1996. Começa a trabalhar na associação, a desenvolver actividades de acompanhamento técnico e financeiro de projectos. Participa no PO Centro, Agris e formação, que acaba por coordenar. No LEADER, assume responsabilidades nas áreas de turismo, artesanato, ambiente e cultura. Entretanto, fez duas pós-graduações, em Organização e Gestão Turística de Sítios e Inspeção da Qualidade na Restauração e Hotelaria.



Ana Santos

Técnica administrativa e financeira

Está na ADICES desde Junho de 1991, onde começou a trabalhar como administrativa. Mais tarde, em 1997, faz a licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social, na Universidade Católica de Viseu, tornando-se técnica superior da ADICES. Junta-lhe mais duas pós-graduações em Contabilidade e Finanças Públicas e Gestão de Recursos Humanos. “A parte financeira de todos os projectos passa por mim”, revela esta natural de Angola, mas que vive em Santa Comba Dão desde os oito anos.



Mauro Neves

Técnico administrativo

Regressou à Santa Comba Dão onde cresceu e completou o 12º ano, depois de uma experiência de trabalho na Covilhã, para trabalhar na ADICES. Estava em 2000. Daí para cá, permanece na associação, a fazer um “pouco de tudo”, ao mesmo tempo que frequenta a licenciatura em Serviço Social, na Universidade Católica de Viseu, de que é finalista. Não tem dúvidas em afirmar que o LEADER é “extremamente importante”.



Nuno Gonçalves

Técnico administrativo e financeiro

Reside hoje na Figueira da Foz, depois de nascer em Mortágua, e completar a licenciatura em Gestão de Empresas Turísticas, no ISCET, no Porto. A “envolvência rural” e “tranquilidade de espírito”, além de um estágio profissional na ADICES, trazem-no de volta a Mortágua. “Possibilidade que agarrei com força”. Na associação, desempenha tarefas de contabilidade fiscal e alguma informática, área em que também tem a ECDL - Carta Europeia de Condução em Informática.

Um fim-de-semana na Aguieira, Dão e Caramulo

Do Caramulinho à Aguieira

Parta à descoberta das aldeias serranas dominadas pelo granito e xisto, desvende vestígios arqueológicos, admire a beleza arquitectónica de solares, igrejas e capelas ao gosto barroco. Respire o ar da montanha. Deixe-se seduzir pelo azul e verde da Aguieira.

Chegando a Tondela, seguindo pela EN 230, atinge-se o ponto mais alto da Serra do Caramulo, conhecido por Caramulinho (1070 m). Para lá das paisagens deslumbrantes, o Caramulo convida ao repouso e às caminhadas, lembrando o motivo pelo qual aqui existia o maior centro de sanatórios da Península Ibérica. Um percurso a pé, bem cedo pela manhã, por entre prados, bosques e cursos de água cristalina, é a única maneira de explorar os múltiplos recantos do Caramulo. A proposta são os percursos de pequena rota dos Laranjais, das Cruzes, dos Caleiros e do Linho. Respire o ar da montanha, purificando o corpo e o espírito.

Deixando para trás o Caramulinho, percorra as aldeias serranas, onde por si só a natureza oferece uma grande diversidade de interesses, dos campos cultivados aos moinhos de água e espigueiros. Na aldeia de Múceres, dirija-se à antiga escola primária onde está instalado o Centro Interpretativo e Produtivo do Linho. Aqui, poderá ver trabalhar o linho ao vivo e adquirir algumas peças, sabiamente bordadas. Em Molelos, não deixe de visitar as oficinas de louça negra. Vai finalmente entender o porquê da cor negra e talvez consiga descobrir qual o segredo da “bilha dos segredos”. Depois, dê um pulo às Caldas de Sangemil, cujas águas bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas são utilizadas com fins terapêuticos desde o século XVIII. Retomando a cidade de Tondela, parta à descoberta do centro histórico, a emblemática Fonte da Sereia, a Igreja Matriz, o Solar de Sant’Ana e o Pelourinho.

Em Carregal do Sal, comece por uma visita ao Museu Municipal, instalado no antigo solar dos Soares de Albergaria. No piso térreo, o espaço expositivo é distribuído por seis núcleos temáticos, dedicados à agricultura, vinicultura, moagem, destilação, marcenaria e armaria. No primeiro piso, três exposições permanentes: a de pintura moderna, com um valioso conjunto de 21 quadros de consagrados pintores portugueses (Vieira da Silva, Artur Bual, Carlos Botelho, Marcelino Vesperina, entre outros); a colecção escultórica, integrando 16 obras de arte do longo percurso de actividade criadora do escultor e poeta carregalense Aureliano Branquinho e Lima; e a exposição de arqueologia, obedecendo a uma sequência cronológico-cultural do Neolítico à Idade Média.

Com um vastíssimo e diversificado património arqueológico, Carregal do Sal convida à descoberta *in loco* dos vestígios arqueológicos

da época romana e medieval, recheado de antas, dólmenes, orcas, alminhas e sepulturas, através de três percursos devidamente sinalizados: Cova da Moira (freguesias de Oliveira do Conde e Currelos), Cimalhinhas (Cabanas de Viriato) e Fiais/Azenha (Oliveira do Conde). Aproveite para descobrir o ambiente aristocrático de Oliveira do Conde e Cabanas de Viriato, terras de Aristides de Sousa Mendes. Percorrendo o concelho, entre o Mondego e o Dão, por entre as pequenas aldeias dominadas pelo granito, surpreenda-se com as quintas e as suas adegas antiquíssimas onde repousam os melhores vinhos do Dão. Terra de grandes marceneiros, vá ao encontro dos artesãos que lhe poderão mostrar a arte de talhar a madeira.

Em Santa Comba Dão, a cidade surpreende pelo casario, como a Casa dos Arcos (antigo solar dos barões de Santa Comba), onde funciona a Biblioteca Municipal, ou o admirável Largo do Rossio. Não deixe de ir até ao miradouro do Outeirinho para apreciar as pontes sobre o rio Dão, a nova, em cima, e a velha, em baixo. Nas restantes oito freguesias, por entre uma paisagem rural verde, sempre enquadrado pelo azul dos rios Dão e Criz, existem pequenas aldeias cheias de encantos que merecem passagem, como Colmeosa, Nagosela e Treixedo, e abundam solares, igrejas e capelas ao gosto barroco.

Fazendo juz ao seu nome, a água é um recurso que existe em abundância no concelho de Mortágua. Se gosta de andar a pé, saia de Mortágua em direcção a Águeda pela EN 334-I, passando pelas localidades da Gândara, Pala, Macieira e Carvalhal. Quando chegar a esta aldeia, vire à direita e siga as indicações de Ladeiras. Cerca de um quilómetro adiante encontrará um pontão sobre a ribeira e logo de seguida uma placa com a indicação “Paredes – Quedas de Água”. É aqui que tem início o percurso pedestre. Depois, basta seguir o trilho ao longo da ribeira, devidamente marcado e sinalizado, em permanente contacto com a flora e fauna autóctones.

Se é amante dos desportos náuticos, ou da pesca, rume em direcção à Albufeira da Barragem da Aguieira. Para além da beleza das suas margens arborizadas e muito recortadas, a Aguieira oferece recantos que vale a pena descobrir... Pequenas ilhotas dispersas na Albufeira e locais que apenas os pescadores parecem conhecer. De barco ou canoa, deixe-se seduzir por este imenso lago azul, bordado a verde...

Paula Matos dos Santos



Igreja Matriz de Oliveira do Conde (Carregal do Sal) / Joto Limão



Centro Interpretativo e Produtivo do Linho - Castelo de Linho - Castelo de Linho / Paula Matos dos Santos

para dormir

- Casa do Zagão
Carregal do Sal
Tel: 232 968 140
- Hotel Monte Rio Aguieira
Mortágua
Tel: 231 927 010
- Hotel Rural Santo Cristo
Santa Comba Dão
Tel: 232 899 012
- Hotel do Caramulo
Caramulo - Tondela
Tel: 232 860 100
- Hotel Severino José
Tondela
Tel: 232 813 437

para comer

- Restaurante “Quinta de Cabriz”
Carregal do Sal
Tel: 232 961 222
- Restaurante “Nova Cidade”
Santa Comba Dão
Tel: 232 881 985
- Restaurante “Cova Funda”
Santa Comba Dão
Tel: 232 881 621
- Restaurante “Três Pipos”
Tonda - Tondela
Tel: 232 816 851
- Restaurante “Pôr-do-sol”
Vila Meã – Mortágua
Tel: 231 929 127

para visitar

- Carregal do Sal: Circuitos Pré-Históricos
- Carregal do Sal: Museu Municipal, Dólmen da Orca, Igreja Matriz de Oliveira do Conde, Casa de Aristides de Sousa Mendes, Cristo-Rei, Praia Fluvial Pé de Rodrigo.
- Mortágua: Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes
- Mortágua: Barragem da Aguieira, Cabeço N. Sr.ª do Mundo, Parque Verde da Ponte, Praia Fluvial, Moinho de Sula, Ermida de N. Sr.ª. do Chão dos Calvos, Santuário de N. Sr.ª. do Carmo, Capela da Sr.ª. da Ribeira, Igreja Matriz, Pelourinho Manuelino
- Santa Comba Dão: Largo do Rossio, Casa dos Arcos, Igreja Matriz, Praia Fluvial Sr.ª. da Ribeira, Miradouro do Outeirinho, Casa da Cultura, Parque Ecológico dos Bombeiros Voluntários
- Tondela: Percursos Pedestres da Serra do Caramulo
- Tondela: Centro Histórico, Serra do Caramulo, Museu do Caramulo, Termas de Sangemil, Percursos, Olarias de Molelos, Anta Arquinha da Moura, Estação da Arte Rupestre de Molelinhos, Estela-Menir de Caparrosa, Penedo dos Mouros, Santuário Coração de Maria, Monte de S. Marcos, Igreja Velha de Canas de Santa Maria

para levar

- Linho, plantas aromáticas
- Louça negra de Molelos, barro vermelho da Gândara, cerâmica decorativa, ferro forjado, tanoaria, cestaria, latoaria, azulejaria, escultura e talha dourada, Maçã Bravo de Esmolfe (DOP), Queijo Serra da Estrela (DOP), Requeijão Serra da Estrela (DOP), Cabrito Serra da Estrela (DOP), vinhos do Dão

Desenvolvimento de Competências em Turismo de Natureza

“Fazer omeletes quase sem ovos”

Em 1998 estava a Vicentina a braços com a execução de um projecto, concebido para o desenvolvimento de territórios de elevado valor ambiental, mais precisamente para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Deveria assim ser desenvolvido um novo perfil profissional que promovesse os valores ambientais e a sua preservação, através do desenvolvimento de uma actividade económica sustentável.

Todos os diagnósticos e análises prospectivas de desenvolvimento do território apontavam para a sua qualidade ambiental como uma vantagem competitiva que era urgente considerar. Na convicção que o desenvolvimento dos territórios está intimamente ligado às competências da população, seria necessário desenvolver um perfil profissional que acrescentasse valor às competências locais sobre a valia ambiental do território.

No mesmo ano de 1998 foi criado o Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN). Este plano integrava, sistematizava e definia os princípios e conceitos que debatíamos e tornou-se o mote do projecto. Foi com expectativa que vimos resolvido o problema do novo perfil profissional a desenvolver, Animadores de Turismo em Áreas Protegidas, porque estava encontrado o modelo de desenvolvimento do turismo em territórios ambientalmente qualificados. Em pouco tempo percebemos que a solução do novo perfil profissional e do desenvolvimento deste modelo de turismo, nos impunha desafios difíceis de ultrapassar. O Turismo de Natureza era um produto turístico inovador em Portugal e não se encontravam recursos humanos qualificados que pudessem dar suporte técnico ao nosso projecto.

A Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste começa a reunir competências que se observam como fundamentais num puzzle onde ainda hoje faltam muitas peças. Algumas peças são identificadas: ordenamento do território, conservação da natureza, fauna e flora, gastronomia, marcação de percursos, etc. Tudo isto é reunido num referencial de formação testado. São desenvolvidos materiais pedagógicos e, para novo alento do nosso trabalho, os produtos do projecto são premiados em concurso nacional, o que nos leva a replicar a acção de formação e, rapidamente, à conclusão de que o território não possuirá a breve trecho competências bastantes para que o conceito de turismo de natureza, tenha expressão ao nível da actividade económica. Era estratégico desenvolver competências ao nível organizacional, institucional e técnico.

A Vicentina inverte a estratégia e, com um novo projecto, organiza a oferta formativa dirigida a técnicos das organizações, instituições locais e empresas, incluindo a Vicentina, através de acções de formação contínua de curta duração. A familiarização com o conceito de turismo de natureza, com os seus princípios e virtualidades é fundamental. O projecto



Curso de monitores de pedestrianismo / Vicentina

culmina com a edição e disseminação a nível nacional do Manual para o Investidor em Turismo de Natureza.

Para um turismo necessariamente verde

Estamos certos que deste trabalho têm resultado iniciativas interessantes, que se traduzem em actividade económica mais ou menos estruturada. Contudo falta percorrer um enorme caminho. É com alguma pena que nos sentimos ainda isolados num trilho, que nos parece estratégico a nível nacional, mas que tarda em encontrar adeptos. É fundamental a integração de disciplinas de turismo de natureza nos cursos de turismo, de especializações pós-graduadas, de cursos técnicos, criação de sistemas de incentivos adequados, regulação da actividade turística em áreas protegidas, promoção do produto turismo de natureza. O conceito de turismo de natureza é tão vasto, integra áreas de competência tão diversas que só através de uma acção concertada entre a agricultura e o desenvolvimento rural, o turismo, o ambiente e ordenamento do território, a economia e outros, se poderá tornar uma realidade no nosso país.

Entenda-se que o turismo de natureza é, em última análise, uma atitude colectiva de valorização do património local e da sua partilha com o visitante, em que toda a actividade económica tem um contributo a dar: a pastelaria fabrica e vende doçaria local, o restaurante apresenta na sua ementa pratos de gastronomia local, o supermercado tem uma secção de produtos locais, a oferta de alojamento está conforme o alojamento Turismo em Espaço Rural (TER), a animação é diversificada, assente nos recursos naturais e patrimoniais locais, existem competências para a instalação de piscinas biológicas, energias alternativas, etc., numa rede de oferta de produtos e serviços.

Por último, consideramos ainda que a organização e promoção em rede é condição sine qua non para a sustentabilidade destas actividades económicas. Desenvolver essa atitude colectiva e encontrar um modelo de funcionamento em rede é também um longo caminho a percorrer ainda.

Volvidos 10 anos de trabalho, a Vicentina continuará, dentro do seu âmbito de acção, a dar o seu contributo para o desenvolvimento deste modelo de desenvolvimento turístico que corresponde, segundo crê, às necessidades do seu território de intervenção.

Aura Fraga
Vicentina



Curso de iniciação à observação de aves / Vicentina

Territórios e competências

O êxodo rural para as cidades reporta-se, com frequência, às pessoas mais competentes e qualificadas. Esta hemorrhagia de competências ligadas ao desaparecimento de oportunidades económicas (desemprego, crise do sector agrícola) é, sem dúvida, o maior desafio a relevar se se quiser garantir a revitalização das zonas rurais deprimidas.

As competências necessárias para um território rural conseguir fixar as populações e assegurar o seu bem-estar diferem das do passado. Quando a agricultura era o principal alicerce da economia e do emprego nas zonas rurais, complementada pelas actividades artesanais tradicionais, as competências necessárias à vida no meio rural traduziam-se essencialmente por saberes-fazer técnicos transmitidos de geração em geração. Com a modernização da agricultura e da economia em geral, o aumento drástico da produtividade do trabalho, acompanhado por uma descida tendencial dos preços dos produtos agrícolas acelerou o êxodo rural para as cidades, onde se concentram hoje o desenvolvimento industrial, os serviços e os empregos, induzindo desafios radicalmente diferentes em termos de competências para os territórios rurais: necessidades de adaptação das competências aos mercados nos sectores tradicionais (agricultura, artesanato), de diversificação para os sectores emergentes, nomeadamente no turismo, serviços, funcionamento das pequenas unidades de transformação, etc. e de competências para novas formas de governação capazes de assegurar a revitalização do mundo rural em crise.

Esta mudança radical registou-se também na dimensão colectiva, territorial e mesmo interterritorial das novas competências a serem criadas, assim como na necessidade de uma grande capacidade de inovação: confrontados com a livre concorrência dos mercados urbanos em plena expansão e a mundialização da economia, os actores do mundo rural devem unir esforços para identificar e desenvolver novos nichos de mercado adaptados à sua especificidade para atingirem uma massa crítica suficiente e poderem tornar-se competitivos. Ligações entre actores tradicionalmente separados devem ser encontradas para assegurar uma rendibilidade mínima. Ou seja, os actores económicos e sociais devem agir de forma concertada e coordenada para poder estar à altura dos novos desafios do desenvolvimento rural.

O programa LEADER desempenhou, sem dúvida, um papel importante no apoio às populações do mundo rural para a construção e aquisição destas competências. Em primeiro lugar, através da abordagem territorial e integrada, proposta e implementada por uma parceria local (GAL) que desempenha o papel de “caldo” de culturas e laboratório para conceber e consolidar novas formas de organização colectiva. Depois, através de muitas e diversas iniciativas tanto para revitalizar actividades tradicionais, adaptá-las às novas exigências do mercado, como para lançar e desenvolver novos sectores essenciais para o desenvolvimento das zonas rurais e o bem-estar dos seus habitantes residentes ou recém-chegados. Todas essas iniciativas implicaram um trabalho de concepção e experimentação de inovações e a criação de novas competências, seja nas formas de organização, na promoção, na busca de ligações com os consumidores, na concertação territorial, nos métodos de desenvolvimento local, etc.

Não obstante, os resultados obtidos no espaço de 15 anos de experiência LEADER ainda estão aquém das necessidades em competências dos territórios rurais. Testemunha desta insuficiência, o intervalo demográfico crescente entre as zonas do interior do país e as zonas urbanas do litoral, ao ponto de deixar algumas zonas completamente desertificadas na próxima geração ou antes, com os problemas ambientais e desequilíbrios territoriais que isso implica. Três grandes orientações de trabalho e de inovações deveriam ser melhor desenvolvidas no futuro para poder preencher essa lacuna.

Competências intraterritoriais

Por um lado, uma orientação intraterritorial consistindo no desenvolvimento de novas alavancas para poder alcançar o conjunto da população rural. Demasiadas pessoas permanecem afastadas dos circuitos propícios à aquisição de competências necessárias para garantir a sua sobrevivência e bem-estar e serem beneficiárias do processo de construção de competências colectivas ao nível do território. Isso implica reforçar a noção

fundamental de inclusão social: qualquer processo de desenvolvimento local/territorial não pode ser considerado como tal se não conseguiu incluir o conjunto dos habitantes do território como participante activo do processo. Existem métodos e ferramentas. Foram experimentados, nomeadamente, no LEADER e deram provas. Mas não são suficientemente valorizados, conhecidos, transferidos e sistematizados para se tornarem referências essenciais em matéria de desenvolvimento rural e territorial.

Competências interterritoriais

A segunda orientação a ter em conta para permitir que os actores do mundo rural construam as competências necessárias para parar o desequilíbrio demográfico é de ordem interterritorial. Os meios humanos, financeiros e recursos locais não chegam para responder, isoladamente, à diversidade das competências necessárias para garantir a sua sobrevivência. Inevitavelmente uma partilha de responsabilidades deve ser construída entre territórios para se elaborarem competências específicas que serão depois colocadas à disposição de outros territórios e para o benefício de todos. Assim, por exemplo, o turismo rural é um sector que requer competências muito diversas, quer seja no sector do alojamento, do trabalho, da restauração, das diversas formas de lazer e de turismo (turismo de natureza, turismo equestre, *outdoor*, etc.), da comercialização, do controle de qualidade, etc. Nem todos os territórios rurais podem desenvolver todas estas competências, isoladamente. Constatamos esse facto no LEADER. Há Grupos de Acção Local (GAL) que desenvolveram competências específicas numa ou duas dessas dimensões e pouco mais – logicamente, deverão instalar-se complementaridades de competências, cada território desenvolvendo um pólo de competências específicas que coloca à disposição dos outros todos.

É a ideia da rede policêntrica de competências territoriais lançada em 2001 no âmbito das actividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II. Essa ideia que está hoje a ser implementada em Cabo Verde¹, merecia, sem dúvida, ser priorizada para contribuir para a construção de uma competência territorial em rede, indispensável para que as zonas rurais sejam capazes de garantir a própria sustentabilidade.

Competências extraterritoriais

A terceira orientação que vem coroar as duas outras é a investigação, a experimentação e o desenvolvimento de novas ligações com as cidades e os habitantes das zonas urbanas. Sem uma complementaridade rural-urbana que se inscreva na busca de formas de solidariedade e de co-responsabilidade para o bem-estar de todos, dificilmente o mundo rural conseguirá mobilizar o interesse, os recursos e as competências necessárias para reequilibrar os dois mundos, nem que seja por motivos políticos pois a maioria dos eleitores está concentrada nas cidades. Em conclusão a construção de competências para o desenvolvimento rural é mais do que um assunto puramente territorial, local, um tema de sociedade. Novos caminhos devem ser trilhados nesse sentido, partindo de uma avaliação justa dos desafios que devem ser confrontados.

Samuel Thirion

Coordenador da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II
Coordenador temático do Observatório Europeu LEADER II
para metodologias de inovação e desenvolvimento rural

¹ O PLPR (Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural), co-financiado pelo Governo de Cabo Verde e o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e inspirando-se, numa primeira instância ao método LEADER, põe em prática a ideia da rede policêntrica de competências entre as Comissões Regionais de Parceiros (organizações equivalentes às Associações de Desenvolvimento Local) e portanto entre as ilhas.

As competências das pessoas e dos lugares

Para se auto-desenvolverem

É difícil falar de competências sem identificar, para quê e de quem. Como o tema do presente número corresponde ao “mote” que me deram: “Competências e Desenvolvimento”, deduzo que importa falar das “competências para o Desenvolvimento”. Porém, a palavra - desenvolvimento - acrescenta pouco para facilitar a identificação da especificidade das “competências requeridas”! É que, por sua vez, dizer “Desenvolvimento” sem adjectivação, é algo assim como mandar alguém comprar um - “Veículo” sem mais indicações sobre qual o tipo de veículo que se pretende!

Competências para que tipo ou modelo de Desenvolvimento? Posso também deduzir, dada a natureza desta publicação, sem contudo o poder afirmar convictamente, que se trata das “competências específicas para o desenvolvimento rural” mas, mesmo assim, subsistem no meu espírito muitas incertezas e interrogações sobre o tipo ou perfil das competências que devemos considerar. Tratar-se-á de competências para:

- o desenvolvimento rural genericamente entendido sem limites territoriais?
- o desenvolvimento rural de âmbito territorialmente definido (local)?
- o desenvolvimento rural-rural não articulado com centros urbanos, ou em articulação e complementaridade com estes?
- o desenvolvimento (aumento) das actividades económicas e produtivas (aumento dos rendimentos de alguns, não dos mais necessitados, mas de quem já tem capacidade de reprodução do património possuído), ou também, para o desenvolvimento da melhoria das condições educativas e de igualdade de oportunidades de participação na vida pública das suas comunidades?
- o desenvolvimento de um determinado território na sua total e íntegra globalidade, ou o desenvolvimento de um sector tido por predominante (normalmente o sector do qual se depende hierárquica e financeiramente)?
- o desenvolvimento pensado e programado de “cima” para baixo (mesmo se este “cima” está muitas vezes fisicamente implantado no próprio território), ou o desenvolvimento efectiva e realmente pensado e programado pelas pessoas a quem supostamente é dirigido, em cooperação com as múltiplas competências técnicas existentes em cada território?
- o desenvolvimento que visa o des-envolver “desfazer o embrulho” cultural e técnico em que as pessoas se encontram, ou o crescimento das coisas?

Podia alinhar aqui muitas outras questões, tantas quantas os variadíssimos conceitos de desenvolvimento existentes. Porém, penso que as “competências nucleares”, aquelas que mais falta fazem a quem se quer inserir em práticas de promoção da felicidade para os outros (que é outra das abordagens possíveis para o conceito de desenvolvimento), são, sem dúvida, as capacidades e competências para desenvolver-se a si próprio, em relação directa com os seus próximos semelhantes; e uma profunda e bem assumida consciência do valor da sistemática observância de regras democráticas de intervenção.

Dada a compreensão razoavelmente consensualizada de que em matéria de desenvolvimento local não deve haver lugar a “imitações”, a cópias metodológicas de intervenção; cada um tem que adquirir a competência necessária para saber analisar o seu território e encontrar as soluções mais adequadas à solução dos problemas identificados. Para adquirir essa competência de análise, caso a caso, torna-se indispensável que previamente se adquiram, para além das já citadas, um conjunto de “competências-chave” indispensáveis ao saber respeitar com rigor e fidelidade, um conjunto de princípios metodológicos aplicáveis à generalidade das intervenções.

Entre esses princípios, considero de importância decisiva, o de ser capaz de trabalhar para o sucesso dos outros. Se directamente interrogados, todos ou quase, afirmaremos observar esse princípio; mas, na prática, verifica-se o contrário, poucos são os que conseguem ser sistematicamente coerentes com tal afirmação. Sobre esta questão, dada a sua importância para o sentido e eficácia das práticas de desenvolvimento local, conviria uma reflexão mais aprofundada do que este artigo permite.

Abordada a questão do - para quê das competências? - vejamos agora, rapidamente, a questão do - para quem? Tendo igualmente em consideração a natureza e objectivos deste jornal, “órgão de animação da rede LEADER, (penso que também e em concreto, órgão de animação das entidades gestoras do Programa LEADER e seus dirigentes e quadros técnicos), julgo ter sido este o enquadramento que presidiu à sua criação”; deduzo que, sem grande margem para dúvidas, as pessoas, cujas competências são objecto de reflexão, são, genericamente falando, todas aquelas que têm procurado implementar junto dos chamados “públicos-alvo” dos seus territórios de influência, estratégias territorializadas de desenvolvimento local em meio rural, no âmbito dos programas LEADER (LEADER, LEADER II e LEADER +).

Assim sendo, a reflexão centra-se necessariamente, não num qualquer conceito mais ou menos abstracto e/ou polémico de definição da tipologia de desenvolvimento, mas naquilo que (em princípio era o verbo, e neste caso também foi só

isso) constituía a matriz nuclear da “filosofia LEADER” tal como Michel Laine, seu Pai, concebeu, e a Comissão Europeia apadrinhou: “o programa LEADER, por extenso: programa de Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural, pretendia atacar o cancro do subdesenvolvimento, a esterilidade das acções isoladas, combater o isolacionismo predador e esbanjador de energias e recursos, através de uma mudança radical de comportamentos e atitudes dos agentes de desenvolvimento, baseada na articulação de esforços, na complementaridade de recursos e necessidades e na solidariedade territorial entre parceiros de um mesmo território”.

Não se pedia às entidades gestoras locais do LEADER que “fizessem obra física que se visse” pedia-se-lhes que ajudassem a fazer! Que trabalhassem para ligar as acções dos outros entre si, para que “os outros” tivessem sucesso, trabalhando conjuntamente e não isoladamente. Parecia fácil... tão fácil, que ninguém, ou muito poucos, sentiram a necessidade de se preparar especificamente para tal tarefa.

Trabalhar para o sucesso dos outros não é uma coisa natural, natural é que cada um, pessoa ou instituição, queira guardar para si o resultado do seu esforço! Conceber a própria realização social e profissional através da contribuição para o sucesso dos outros, requer “simbioses de razão e sentimento”, e a adesão a princípios obsoletos e desprestigiados nas sociedades actuais, onde apenas se reconhecem socialmente os valores do TER!

Para que as nossas práticas de Desenvolvimento Local em meio rural correspondessem ou tendessem para esta abordagem, era necessário que os activistas do Desenvolvimento Local, técnicos e dirigentes, fossem oriundos de outra sociedade, com uma maturação e experiência democrática muito mais consolidada e interiorizada.

Como “aquilo que tem de ser tem muita força”, a conjugação das incompreensões com falta de preparação e obediência a egoísmos mais ou menos declarados e sectoriais, a todos os níveis, europeu, nacional, regional e local, foram suficientes para subverter a tal matriz nuclear do LEADER, resultando, segundo a sensibilidade de cada um, num balanço que tanto é julgado como uma grande oportunidade perdida, como um retumbante sucesso.

Sou de opinião que foi, apesar de todas as suas limitações e desvios, a mais importante das experiências democráticas de aplicação de recursos financeiros públicos, confiados (quando o foram, e em muitos países não foi o caso) à gestão de organizações da sociedade civil, em obediência concreta e coerente à aplicação do princípio da subsidiariedade.

Para Portugal, o valor desta experiência valerá historicamente pelos ensinamentos que dela soubermos tirar. A Comissão Europeia anuncia para o próximo mês de Outubro a criação das Redes Nacionais de Desenvolvimento Rural, previstas no Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) 2006-2013. Seria bom que desta vez, os serviços intermediários de controle e acompanhamento não se limitassem a ser bons auditores e contabilistas, mas se preocupassem também e sobretudo, com o sentido das coisas, as competências adequadas, dotando-se de pessoal experiente e com as competências requeridas... sabendo-se que estas não caem do céu aos trambolhões em cima de um qualquer título universitário tradicional. A formação apropriada e específica é indispensável.

Ser bom engenheiro ou advogado, ser titular de um curso superior, constituem bases importantes para facilitar a capacidade de compreensão dos objectivos para os quais trabalhamos, mas não garantem, por si só, e automaticamente, as competências para, democraticamente, ajudar os outros a assumir as responsabilidades do seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

“Ninguém nasce ensinado... não é?” Motivar, capacitar e organizar pessoas para agir por objectivos comuns, requer experiência teorizada e reflectida, requer competências apropriadas!

Camilo Mortágua



Projecto e-qu@lificação: capacitar para inovar

Mais do que atingir bens tangíveis, as organizações “de excelência” para se tornarem mais eficazes na sua intervenção nos territórios junto de públicos mais desfavorecidos, terão cada vez mais de praticar uma estratégia de investigação-acção, tirando partido de bens invisíveis, como sejam a (in)formação, o *know-how*, as novas metodologias e instrumentos de trabalho.

O *package* de (in)formação e-Qu@lificação para o Terceiro Sector foi o resultado de um projecto no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL (2006-2007), com o objectivo principal de qualificar os/as agentes do Terceiro Sector (dirigentes e técnicos/as), de forma a suprir lacunas na gestão organizacional existente neste sector de actividade.

O projecto nasceu de uma ideia conjunta da Animar e da Cáritas Portuguesa, de reforçar competências nas organizações associadas, no que respeita a questões de enquadramento e de gestão de organizações do Terceiro Sector, usando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a formação à distância como principais instrumentos de intervenção.

Para implementar o projecto contou-se com uma parceria mais alargada: Ideia Alentejo (associada da Animar), Cáritas de Portalegre-Castelo Branco (associada da Cáritas Portuguesa), AKSEN (empresa) e PROACT (Unidade de Investigação do ISCTE).

Qualificar o Terceiro Sector

O produto “e-Qu@lificação para o Terceiro Sector” assenta em duas componentes principais. Por um lado, nove cursos de formação (disponibilizados on-line e em versão CD-ROM), que constituem um recurso técnico-pedagógico e que integra um guião de exploração, conteúdos e colectânea de recursos de apoio à formação: documentos, textos orientadores, sites e bibliografia. O produto resulta da concepção e desenvolvimento da formação *e-learning* e presencial. E, por outro lado, um Manual de e-Col@boração e e-Aprendiz@gem, acompanhado por um CD de demonstração dos produtos formativos e das metodologias adoptadas. Trata-se, neste caso, de um recurso técnico-pedagógico que descreve as práticas e metodologias implementadas no processo de concepção e desenvolvimento do produto. A DEMO sintetiza e apresenta de forma atractiva e simples o processo formativo e respectivos conteúdos.

A plataforma de ensino à distância e a metodologia *three-learning*

A formação ou ensino a distância é uma forma de organização da formação que se caracteriza sobretudo pela flexibilidade que permite em termos de tempo e de espaço. A metodologia adoptada inclui um elemento inovador: o *three-learning* que combina formação presencial (oito horas), formação à distância (21 horas) e uma visita de estudo (seis horas).

Através das visitas de estudo, elemento metodológico inovador, pretendeu-se promover o intercâmbio e a troca de experiências e práticas entre as entidades do Terceiro Sector, permitindo aos/às participantes desenvolverem um sentido crítico indispensável à implementação nos seus próprios contextos.

O modelo de organização da formação foi centrado na instituição. A formação foi exaustivamente calendarizada, tendo sido dado ao/à formando/a, a possibilidade de escolher os cursos que considerava mais interessantes para competências pessoais/profissionais.

Os cursos do e-Qu@lificação estão organizados numa plataforma de *e-learning* (<http://www.3Sector.net/moodle>), combinando textos, imagens, vídeos e outros suportes multimédia: o modelo de aprendizagem envolve especialistas que asseguram um serviço de apoio individualizado aos/às formandos/as.

Desenvolvimento da formação

Os parceiros Ideia Alentejo e Cáritas de Portalegre-Castelo Branco assumiram na preparação e monitorização do processo formativo: sinalização, inscrição e selecção de formandos/as; preparação logística (salas, equipamentos, etc.) e materiais de apoio (dossiers, conteúdos, etc.); preparação e monitorização das visitas de estudo e das sessões de formação, prestando apoio a todas as partes envolvidas.

A metodologia adoptada para a concretização destas actividades teve por base uma estreita articulação da Ideia Alentejo com a Animar, Cáritas de Portalegre-Castelo Branco e restantes parceiros. Procuraram manter-se contactos regulares (personalizados) com as entidades e respectivos/as formandos/as no sentido de, em primeiro lugar, os informar/esclarecer sobre os cursos, respectivos conteúdos programáticos e modalidade de acesso e, posteriormente, sensibilizar/motivar para a necessidade do cumprimento das tarefas/acções previstas.

Paralelamente à divulgação dos cursos foram realizados contactos personalizados junto de entidades para identificar dirigentes e técnicos/as interessados/as em frequentar os cursos: realizou-se uma pré-inscrição, com indicação da ordem de prioridade dos cursos disponíveis e uma base de dados de, aproximadamente, 120 formandos/as.

De uma forma geral, o perfil dos/as formandos/as revestiu as seguintes características: 56 por cento de mulheres e 43 por cento de homens; idade média de 35 anos; maioritariamente licenciados, trabalhadores por conta de outrem, exercendo funções de técnicos/as e cargos dirigentes. As entidades que disponibilizaram os/as técnicos/as (em alguns casos mais do que um/a por entidade) apresentam uma tipologia diversificada sendo, no entanto, as associações de desenvolvimento local que assumem maior expressividade.

Os resultados obtidos na Avaliação da Formação permitem concluir que o pacote e-Qu@lificação para o Terceiro Sector vem contribuir para minimizar efectivamente lacunas de qualificação das organizações e responder a efectivas necessidades dos/as agentes que as representam.

O *package* e-Qu@lificação para o Terceiro Sector, para além de cumprir o objectivo de qualificar as entidades participantes na área da gestão organizacional, difunde também de forma eficiente os princípios da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e promove, com sucesso, uma nova metodologia pedagógica que engloba uma vertente de visitas de estudo práticas num modelo de *blended-learning* (formação on-line e presencial) já amplamente difundido.

Carolina Barrocas, Ideia Alentejo
Célia Lavado, Animar



Qualificar o Terceiro Sector

C3 + D3 = Q3

Um conjunto de problemas ligados à gestão e ao funcionamento interno das organizações do 3º Sector reduz a sua eficiência e a prestação de serviços de qualidade. Esta situação, a curto prazo, pode colocar em causa a sua sobrevivência, pois algumas das suas vantagens comparativas actuais poderão deixar de ser relevantes num contexto de maior competitividade. O facto de muitas funcionarem em mercados onde a concorrência ainda é baixa, pode explicar a menor prioridade atribuída à melhoria do seu funcionamento e dos produtos e serviços oferecidos.

As organizações do 3º Sector, ou da Economia Social, estão simultaneamente obrigadas a responder a novas necessidades, a otimizar os custos, a reforçar os seus fundos próprios e a adaptar a organização e a sua dimensão. A estas organizações colocam-se, assim, desafios sérios a que terão de dar resposta.

Trata-se de um sector com elevada importância ao nível sócio-económico e do emprego (segundo um estudo recente representa 4,2 por cento do emprego), mas cujas organizações apresentam problemas de vária ordem, nomeadamente de gestão, para os quais é necessário encontrar respostas adaptadas à especificidade das organizações e dos problemas com que se deparam.

A existência de problemas diversos, alguns exclusivos e típicos das Associações de Desenvolvimento Local (ADL), outros genéricos da Economia Social, foi uma das hipóteses de partida do Projecto C3 Consultoria para o Terceiro Sector (<http://www.c3.com.pt>) apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL, entre 2002 e 2006. Esta hipótese foi comprovada aquando do diagnóstico organizacional e os inúmeros problemas então identificados foram agregados em sete grandes categorias: Liderança; Gestão de Recursos Humanos; Gestão Financeira; Financiamento das Organizações; Ausência de Plano Estratégico; Comunicação Interna e Externa; Equipamentos e Instalações.

Modelo de Intervenção C3

O principal resultado deste projecto é o Modelo de Intervenção C3, que na prática é uma adaptação de uma metodologia de intervenção realizada em empresas em contexto de formação - acção. Esta adaptação foi realizada e experimentada, tendo resultado um modelo de intervenção baseado em actividades de consultoria e formação à medida, cuja mais-valia é promover a melhoria das organizações e das pessoas que nelas colaboram, ao nível da gestão e do funcionamento interno, através de processos que motivam para a mudança, inovação, criatividade e aprendizagem contínua. O Modelo de Intervenção C3, assenta em dois princípios básicos:

- o primeiro é a participação de todos os membros da organização destinatária - dirigentes e colaboradores, em conjunto com os consultores e formadores, em todas as fases e respectivas actividades da intervenção, através da promoção de reuniões, entrevistas, encontros, contactos e sessões colectivas;
- o segundo é a sustentação da intervenção em dados e informações fornecidas pelas pessoas, possibilitando estabelecer uma relação entre pontos de partida - problemas identificados na organização - situações desejadas - objectivos a atingir e resultados obtidos, mensuráveis em termos de impactos e verificáveis a partir de indicadores previamente definidos.

Em suma, a intervenção em organizações da Economia Social de acordo com este modelo procura soluções adaptadas e criativas, deixando no final, competências e ferramentas que permitem continuar os processos de aprendizagem e de melhoria contínua.

D3 Digitalizar o Terceiro Sector

Outro contributo para a compreensão e identificação de necessidades de melhoria na Economia Social foi dado pelo projecto D3 Digitalizar o Terceiro Sector (<http://d3.ipn.pt>), também apoiado pela EQUAL desde 2004. Este projecto destinava-se especificamente a melhorar o desempenho das entidades da Economia Social através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O projecto pôde constatar que o uso das TIC na Economia Social é muito diverso. Existem, por um lado, organizações aptas a utilizar as TIC, que enquadram técnicos com formação superior já familiarizados e com competências adquiridas na exploração das TIC,

nomeadamente, em funções técnicas especializadas ou no contacto com as suas redes profissionais. Por outro lado, existem também muitas organizações com uma quase total incapacidade de exploração das TIC.

Neste âmbito, e como resultado do projecto, foi criado o Manual D3 Soluções Digitais de Marketing e Gestão para Organizações sem Fins Lucrativos, que responde a alguns problemas de organizações do Terceiro Sector. Complementarmente à identificação dos grandes problemas organizacionais do Terceiro Sector e ao desenvolvimento de metodologias e ferramentas que possam ser usadas para os resolver, a parceria de entidades responsável por estes projectos lançou a proposta de criação, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de um programa de apoio à qualificação do Terceiro Sector. No último trimestre de 2006, esta proposta foi apresentada a um vasto espectro de actores que poderiam influenciar o desenho das políticas públicas, desde decisores políticos a potenciais beneficiários. No mesmo período, a parceria recolheu meia centena de manifestações de interesse de organizações da Economia Social, que reconheceram o interesse na existência de um programa de qualificação e a necessidade das suas próprias organizações poderem beneficiar de intervenções desse tipo.

Q3 - Qualificar com o Terceiro Sector

A formulação da tipologia 3.1.2 Programa de Formação - Acção para Entidades da Economia Social do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) é, na sua formulação, uma resposta a esta preocupação e necessidade.

Esta parceria, através de um conjunto de candidaturas promovidas pelas entidades que respondem aos requisitos do regulamento desta tipologia do POPH, nomeadamente serem entidade de âmbito nacional representativas da Economia Social, irá finalmente pôr em prática um projecto de qualificação do Terceiro Sector, dando resposta a um conjunto crescente de manifestações de interesse de entidades que pretendem beneficiar de uma intervenção de melhoria e qualificação organizacional, do tipo da que propomos.

A MINHA TERRA, a FENACERCI e a Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto formalizaram, segundo este modelo de intervenção, diversas candidaturas às quatro regiões do continente onde esta tipologia do POPH está em vigor (Norte, Centro, Alentejo e Algarve) em estreita articulação com as outras entidades da parceria, potenciando as suas competências específicas numa perspectiva de complementaridade.

São projectos que têm por objectivo melhorar a qualidade e a eficácia da gestão das instituições do Terceiro Sector através de acções de consultoria e formação, actuando sobre: as formas de organização e gestão; a cadeia de valor dos serviços; a integração das TIC; a melhoria de processos tendentes à certificação de qualidade; o desenvolvimento de competências internas; a formação e desenvolvimento para os dirigentes e formação específica para os colaboradores; os modelos de cooperação inter-institucional.

O conjunto destes projectos, uma vez aprovados, constituir-se-á como o Projecto "Q3 - Qualificar o Terceiro Sector" e pretende ser a generalização das práticas, metodologias e soluções desenvolvidas e testadas com carácter experimental nos projectos C3 e D3 apoiados pela EQUAL. E, por isso, C3 + D3 = Q3!

AEP - Associação Empresarial de Portugal
Associação **IN LOCO**

CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
FENACERCI - Federação das Cooperativas de Solidariedade Social

IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais Beira Aguireira

IPN - Instituto Pedro Nunes

MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Competente, competitivo e cooperativo

A noção de competência está associada à de qualificação. Formação profissional, competências sociais, qualificação territorial, todos estes campos se inserem na noção alargada de competências e todos eles se interligam. Porquê? Porque nenhum território se mantém competitivo e cooperativo sem recursos humanos qualificados e sem o desenvolvimento de uma oferta de qualificação flexível e adaptada às necessidades da economia e dos seus habitantes. Por outro lado, o reconhecimento e a certificação de competências adquiridas, nomeadamente através da experiência profissional constituem outra dimensão chave na aposta de qualificação e aprendizagem ao longo da vida.

A INDE - Intercooperação e Desenvolvimento desenvolveu ao longo dos seus 20 anos de actividade, diferentes projectos que tiveram como objectivo experimentar e disseminar novas formas de fazer na área das competências. Há cerca de 15 anos o projecto ASAPE continha uma proposta inovadora de qualificação na área do apoio domiciliário, associada à criação de uma empresa de serviços domiciliários. Estas formações, que se repetiram e que hoje se generalizaram, tiveram uma taxa de integração próxima dos 100 por cento.

Um outro projecto inovador, no quadro das iniciativas Emprego, foi o projecto Viagem, que permitiu a jovens a dupla certificação escolar e profissional e a criação de uma nova profissão, a de animador de desporto e ambiente. Este projecto que posteriormente foi adaptado e contextualizado por várias escolas que desenvolveram o curso de animador de desporto e ambiente, demonstrou que é possível lutar contra o insucesso e o abandono escolar, e reafirmou o papel fundamental das parcerias locais, empresas, escolas, centros de formação e terceiro sector, na construção e consolidação do projecto formativo.

Num registo diferente, mas não menos importante, as actividades de formação realizadas pela Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, que multiplicaram *workshops* e outros momentos de reflexão, permitiram aos profissionais do desenvolvimento local confrontarem as suas experiências e saberes e adquirirem instrumentos importantes para o exercício da sua actividade.

Outro projecto que desenvolveu propostas de instrumentos a partir da experimentação, foi o E.Plus, com a Caixa de ferramentas do tutor, construída a partir da experimentação em 12 empresas de dimensões e sectores de actividades diferentes, uma metodologia de tutorado que pode ser aplicada em qualquer empresa e que revela taxas de integração elevadas.

Mais recentemente, o projecto E.Change, desenvolvido no quadro do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL apresentou um modelo possível de actividade que pretende responder a uma fragmentação

crescente dos ciclos profissionais. O modelo foi construído com base nos resultados da experimentação de duas figuras: a complementaridade entre actividades e o agrupamento de empregadores, que propõem fundamentalmente uma reorganização dos tempos de trabalho, bem como uma diferente afectação destes em actividades complementares. O Modelo de Complementaridade entre Actividades (MCA) associa uma actividade remunerada, formação profissional e o exercício de outras actividades de carácter social e voluntário.

Neste modelo, a qualificação constitui um eixo central que se articula, em complemento, com uma actividade remunerada, aumentando as competências dos trabalhadores e preparando-os para mobilidades positivas. A qualificação inscreve-se numa óptica de formação ao longo da vida e sedimenta ou inicia um processo de socialização secundária, ausente ou fraco pelas descontinuidades nas relações com o mercado de trabalho.

Mudam-se os tempos, adaptam-se as competências

Num cenário de maior flexibilização, onde dominam tendencialmente novas formas de emprego, é fundamental que as respostas de formação sejam ágeis e flexíveis, complementando eventualmente uma actividade profissional e contribuindo para uma maior adaptabilidade aos imperativos do mercado de trabalho.

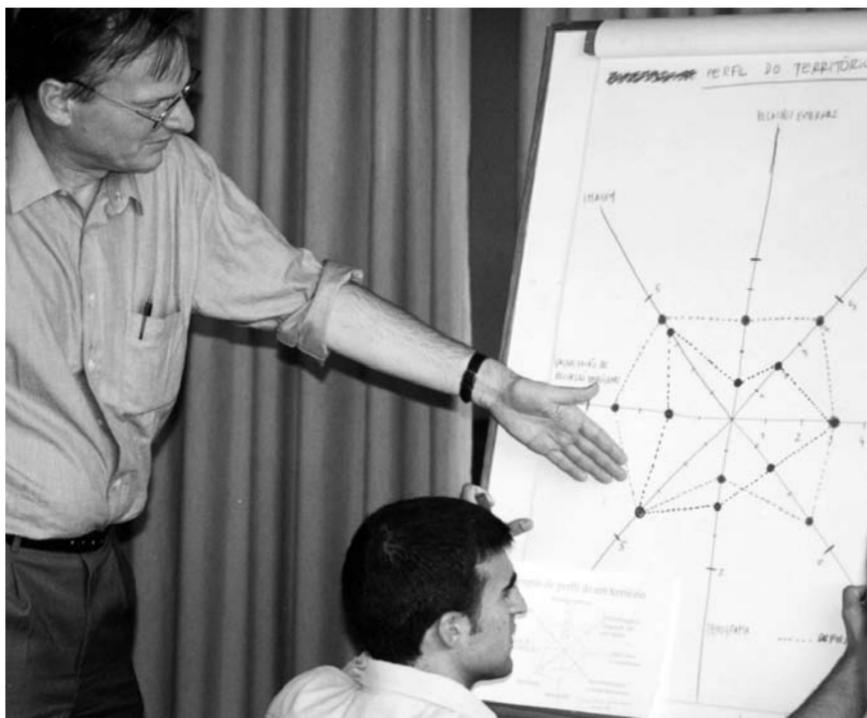
A formação assume assim um papel central. A empregabilidade deverá poder substituir-se à segurança dos mercados internos e promover a autonomia, bem como a capacidade de gestão de situações mais complexas, contribuindo para um maior domínio do próprio percurso profissional. As competências adquiridas constituem um capital que deverá ser rentabilizado e continuamente ajustado, acompanhando as rápidas e profundas mudanças tecnológicas. Esse capital deverá ser transferível, ou seja, valorizável num espaço mais largo que o quadro de uma única empresa. Daí a importância dos sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências garantidas pelas diferentes formas de regulação que intervêm nos Estados-membros.

A qualificação deverá contribuir para sustentar a mobilidade dos trabalhadores através da organização de transições atractivas e accionando co-financiamentos (por exemplo, autarquias e empresas), permitindo situações de transição estruturadas, credíveis e diversificadas.

O modelo de cooperação, sustentado por parcerias territoriais ou sectoriais fortes e legítimas, supõe uma forte interacção entre a formação e a evolução da organização do trabalho nas empresas.

A lógica cooperativa reside na "ruptura radical com os mecanismos de ajustamento de tipo taylorianos entre inserção e produção", que separavam e compartimentavam claramente a esfera da inserção e a esfera da formação e assenta numa forte relação entre formação e empresa, invertendo a lógica subjacente e ainda dominante nas políticas de inserção.

Cristina Cavaco
INDE



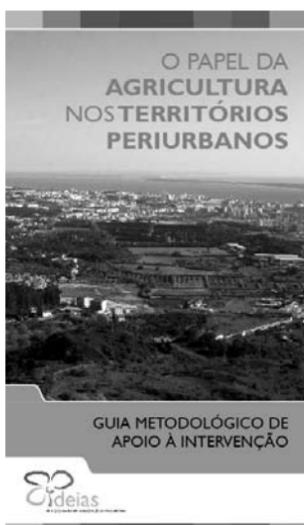
Acção de formação CA. II / Maria do Rosário Aranha



Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes

Luís Moreno, Edição do autor com base na revisão da sua tese de doutoramento em Geografia Humana (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa 2007

A obra incide no “desenvolvimento local em meio rural” (DLMR) em Portugal Continental, mas apoia-se em apontamentos de análise histórica e generativa do “desenvolvimento” na Europa e em territórios particularmente marcados por culturas europeias. Inclui-se a apresentação de percursos nacionais de “modernização” e alguns ensaios antecedentes das actuais perspectivas de desenvolvimento comprometido com os valores civilizacionais do Ocidente. Abordam-se, por um lado, as condições de implantação do programa LEADER em Portugal e a sua expressão geográfica, em função dos contributos nacionais e da União Europeia. Atende-se também, de forma breve e comparativa, a outros programas de acção complementar - Recuperação de Centros Rurais e Aldeias Históricas, RIME e SIR. Por outro lado, analisa-se o associativismo e a sua função no DLMR, com o apoio de dados cedidos pela animar, entidade cujo papel no processo se estuda, assim como a contribuição da Célula de Animação LEADER II (CAL) e da informação no espaço virtual. Por fim, faz-se a caracterização dos agentes que, em contexto institucional, geralmente associativo, marcado por condições sócio-políticas e territoriais que diferenciam claramente o Norte e o Sul, constituem o factor humano essencial do DLMR, pela mediação, afirmação de competências e mobilização de saberes. Designam-se por “caminhantes”, pelo seu contributo para os caminhos da inovação social e da alteração estrutural que atribuímos ao desenvolvimento.

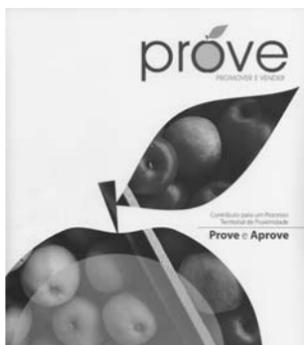


O Papel da Agricultura nos Territórios Periurbanos: Guia metodológico de apoio à intervenção

Desenvolvido, no âmbito do projecto IDEIAS, pela parceria formada por INDE, Câmara Municipal de Palmela, Agrobio e IDRha; Edição INDE, Lisboa 2007

Com o apoio do PIC EQUAL

Acompanhado por um CD-ROM, com todo o material impresso e audiovisual, produzido no âmbito do projecto IDEIAS, visa contribuir para o apoio de intervenções em territórios rurais periurbanos, para responder aos desafios da empregabilidade, da qualidade e da sustentabilidade, aspectos suportados na intervenção do Projecto IDEIAS (Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção e Actividades Sustentáveis), financiado pelo Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL e contando com o contributo da abordagem promovida pela Iniciativa Comunitária LEADER. O guia metodológico de apoio à intervenção contempla os seguintes capítulos: Territórios Periurbanos; Caracterização, evoluções e o papel da agricultura nestes espaços; O território de Palmela; Enquadramento territorial na Península de Setúbal; O diagnóstico do território; Plano de actividades; A metodologia de intervenção; Agricultura/Emprego/Ambiente - uma aposta possível; A noção da responsabilidade partilhada entre produtores e consumidores - a sustentabilidade do modelo e Conclusões, cristalizadas na proposta de “Carta Ética para uma Produção Agrícola de Qualidade”.



PROVE - Contributo para um Processo Territorial de Proximidade

Desenvolvido, no âmbito do projecto PROVE - Promover e Vender, Autores: Cláudia Bandeiras (ADREPES), José Pedro Calheiros (SAL), Luís Alvarez (INDE); Edição ADREPES, 2007

Co-financiamento PIC EQUAL, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, União Europeia

“Contributo para um Processo Territorial de Proximidade” é um documento que tem como principal objectivo divulgar a metodologia de intervenção do projecto PROVE na promoção de novas formas de comercialização de circuito curto, entre pequenos produtores e consumidores, de modo a contribuir para a resolução dos problemas de escoamento dos produtos locais e melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome. Pretende-se que os utilizadores deste guia possam ter orientações úteis para desenvolver a metodologia PROVE junto de grupos de produtores e consumidores interessados em desenvolver uma comercialização directa. Os mediadores do processo, normalmente agentes de desenvolvimento, têm acesso a um conjunto de instrumentos, indicações, referências e exemplos, que permitem auxiliar na mobilização, organização, dinamização e implementação do sistema de comercialização. Refira-se que este produto EQUAL tem como marca-páginas um cordão com uma Pen USB, onde o leitor poderá consultar o produto na sua versão electrónica.



A Igualdade de Género em Portugal

Sob a coordenação de Dina Canço, Edição Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa 2007

A presente publicação constitui uma reedição, actualizada e acrescentada, da publicação Igualdade de Género em Portugal 2003. Trata-se de uma obra de carácter essencialmente informativo, quer do ponto de vista legislativo, quer no que se refere à situação de facto, com recurso a dados estatísticos, incluindo igualmente informação sobre os mecanismos para a igualdades existentes em Portugal, na União Europeia, no Conselho da Europa e nas Nações Unidas, bem como todos os países da União Europeia (UE). Os dados apresentados são aqueles que se reuniram até ao dia 31 de Janeiro de 2007. A publicação é, essencialmente, constituída por três grandes capítulos: Contexto Político, Económico, Social e Histórico (A); A Igualdade e a Situação das Mulheres (B); Mecanismos para a Igualdade (C) e Glossário.

As fontes utilizadas foram, tanto quanto possível, as estatísticas oficiais, com recurso privilegiado, naturalmente, ao Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente a sua Base de Dados Perfil de Género, criada no âmbito de um Protocolo entre aquele Instituto, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

<http://www.anq.gov.pt/default.aspx>



A Agência Nacional para a Qualificação tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

À esquerda na *homepage* sucedem-se os seguintes itens de consulta “A ANQ”, “Ponto de Informação Novas Oportunidades”, “Catálogo Nacional de Qualificações”, “Edições da ANQ”, “Legislação”, “Jovens”, “Adultos”, “Profissionais de Educação e Formação”, “Pais e Encarregados de Educação”, “Entidades Empregadoras”, “Vias de conclusão do nível secundário de educação”, “Links úteis”, “Programas”, “Iniciativa Novas Oportunidades”, “Inquérito de Opinião”, “Visualização de documentos” e “Eventos do Ponto de Informação Novas Oportunidades”.

No centro da página a ANQ dá destaque à comunicação com os seus públicos-alvo, ao programa Novas Oportunidades e às últimas notícias. Do lado direito, existe um motor de busca livre e por temas, cartões para o Catálogo Nacional de Qualificações, Centros Novas Oportunidades (área reservada e ainda em construção), Legislação, Edições (anteriores e posteriores a 2008) e Inquérito à Opinião.

<http://www.poph.qren.pt/>



O site do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) apresenta-se em quatro partes. À esquerda apresenta-se o Programa, a Comissão de Acompanhamento, os Estudos, Informação e Publicidade, Glossário, Legislação - Comunitária, Nacional, Regulamentação Específica, e Sistema de Informação. Na parte superior

encontramos um motor de pesquisa, *links* para Sugestões, Notícias, Links, Mapa do Sítio, FAQ's e Contactos. No centro sucedem-se as notícias. Enquanto que, do lado direito da *homepage*, alinham-se os 10 Eixos Prioritários do POPH: 1. Qualificação inicial; 2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida; 3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional; 4. Formação Avançada; 5. Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa; 6. Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social; 7. Igualdade de Género; 8. Algarve; 9. Lisboa e 10. Assistência Técnica. Dentro de cada eixo o internauta terá acesso a informação sobre os Objectivos Gerais do Eixo, as Tipologias de Intervenção, que remetem para o Regulamento Específico e para uma Grelha de Análise, e os Beneficiários dos Apoios.

Refira-se que o POPH tem um número azul de atendimento e que edita uma *newsletter* electrónica com as novidades do programa, passível de subscrição através da colocação do endereço electrónico pessoal/profissional.

<http://www.touringnature.com/>



“Touring Nature”, site da ONG Assembleia das Regiões de Europa, por enquanto só em francês, futuramente também em inglês e espanhol, é um guia para o turismo de natureza e viagens de ecoturismo pelas regiões da Europa. Permite descobrir rotas pan-europeias de ecoturismo, através de 200 territórios e 30 países.

Na parte principal, o viajante pode aceder a cinco rotas pan-europeias de ecoturismo: central, mediterrânica, nórdica, ocidental e atlântica, onde poderá encontrar uma descrição sumária da

rota, e um motor de busca que permite escolher e comparar destinos e rotas ideais, em função do destino?, do objectivo? e da paisagem? Mais abaixo encontrará um mapa interactivo com as funcionalidades habituais: zoom e deslocação. Ao premir no ícone de um território, aparece uma janela com uma fotografia com uma moldura que, em função da cor lhe indicará a característica dominante do território (castanho: montanha; verde claro: campo; verde escuro: floresta e azul: mar ou lago). Nos *détails*, poderá aceder à ficha descritiva. Também poderá entrar pela porta das regiões (Europa Central, Mediterrâneo, Europa Ocidental e Peregrina - esta ainda em construção), onde encontrará as mesmas funcionalidades.

Plantar Aromas

Equinácea, hipericão do Gêres, hortelã-pimenta e lúcia-lima. São, para já, os aromas do "Plantar Aromas". Um projecto de plantas aromáticas e medicinais que é um estímulo para o olfacto e não só...



Em Vila Nova, Mortágua, plantam-se aromas... Alfazema, cidreira, coentros, espinheiro-alvar, hipericão, hipericão do Gêres, lúcia-lima, mangerona, orégãos, salvia, tomilho, tomilho limão, equinácea, hortelã-pimenta, erva príncipe, segurelha das montanhas e valeriana. Do cultivo experimental destas 17 espécies, o "Plantar Aromas" contempla, para já, a produção para comercialização de quatro: equinácea, hipericão do Gêres, hortelã-pimenta e lúcia-lima.

Um projecto promovido pela Cooperativa Agrícola Beira Agueira (CABA) que, apostando na introdução de culturas e modos de produção alternativos para valorizar as potencialidades agrícolas do concelho de Mortágua – com uma das mais vastas e ricas zonas agrícolas do distrito de Viseu (cerca de 450 hectares de solos férteis) –, reúne um conjunto de parceiros estratégicos: Câmara Municipal de Mortágua, Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, Labialfarma (Laboratório de Biologia Alimentar e Farmacêutica), Ervital (Produção e Comercialização de Plantas Aromáticas e Medicinais) e Vários (Cooperativa de Solidariedade Social).

Aposta no biológico

A primeira fase do "Plantar Aromas" decorreu entre Março de 2004 e Setembro de 2006 no Campo de Demonstração, cerca de 2500m² na várzea de Vila Nova, testando a adaptabilidade das plantas à região, em modo de produção biológico, de onde se concluiu que as espécies equinácea, hipericão do Gêres, hortelã-pimenta e lúcia-lima eram "as mais interessantes", segundo Sandra Martins, da CABA.

O apoio do programa LEADER+, através da ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, foi decisivo. "Começámos a desenhar o projecto em 2003 mas só quando a candi-

datura apresentada ao LEADER+ foi aprovada é que se dá o arranque", explica Sandra Martins. "Foi começar do zero, desde a localização mais favorável para a instalação do campo de demonstração, que tem a ver com uma das inovações deste projecto, a produção em modo biológico".

Cativar os agricultores, jovens ou menos jovens

Passou-se então para a fase seguinte: transferir a experiência e os conhecimentos aos agricultores, já em actividade, no sentido de experimentarem culturas alternativas, possibilitando assim a obtenção de um rendimento complementar, e novos agricultores, incentivando-os à implementação do modo de produção biológico.

Os resultados não foram, porém, imediatos. Um "receio em arriscar natural", defende Sandra Martins.

A assinatura, em Fevereiro de 2007, de um protocolo de exploração do campo de demonstração, por um período de quatro anos, com um jovem que decidiu apostar no cultivo dos aromas em complemento da sua actividade de manutenção de espaços verdes, foi a forma encontrada para se avançar com a produção para comercialização. "O nosso objectivo não era sermos produtores, apenas dinamizadores ao nível da comercialização, mas como não se apresentaram agricultores interessados em dar continuidade ao projecto. "Este jovem só tem de assegurar a produção, com o nosso apoio técnico". A partir daí, explica, a preparação do produto para comercialização (seccionamento, secagem e embalagem), comercialização e certificação está a cargo da CABA.

Os aromas de equinácea, hipericão do Gêres, hortelã-pimenta e lúcia-lima do "Plantar Aromas" apresentam-se em embalagens de

25 gramas, cuja concepção do rótulo/logotipo resultou de um desafio lançado aos alunos das escolas secundárias de Mortágua. Embora admitindo que "o objectivo inicial de cativarmos os jovens do concelho não foi tão conseguido como esperávamos", tendo sido, curiosamente, procurados por inúmeros jovens de outras regiões, Sandra Martins acredita que em breve outros (jovens) agricultores se lhe juntarão porque há mercado e o factor 'bio' começa a ser uma mais-valia".

Para já, a produção do "Plantar Aromas" destina-se apenas a pequenas ervanárias locais, sendo impossível entrar no mercado das grandes quantidades. O ideal será, adianta, "termos um conjunto de cinco a dez produtores, concentrando-se cada um na produção de uma espécie, de modo a fazer face a um mercado que é muito competitivo".

Quanto à qualidade dos aromas do "Plantar Aromas" não existem dúvidas: "As pessoas que conhecem o nosso produto estão rendidas". Só resta esperar que aos aromas de equinácea, hipericão do Gêres, hortelã-pimenta e lúcia-lima, se juntem, brevemente, outros... Alfazema, espinheiro-alvar, salvia, tomilho, erva príncipe, segurelha das montanhas, valeriana...

Paula Matos dos Santos

CABA
Cooperativa Agrícola Beira Agueira
Parque Industrial Manuel
Lourenço Ferreira Lote 12
3450-232 Mortágua
Tel.: 231 927 470
E-mail: caba@ieba.org.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 51 - 2008

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70 / Fax: 21 843 58 71

E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho (membro honorário), Gestor do Programa LEADER+, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/DGADR, Rui Veríssimo Batista/DGADR

Redacção

João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número

ADICES, Aura Fraga (Vicentina), Camilo Mortágua, Carolina Barrocas (Ideia Alentejo), Célia Lavado (Animar), Cristina Cavaco (INDE), Guilherme Almeida (ADDLAP), Maria Viegas, Mário Caldeira Dias (Presidente OEFP), MINHA TERRA, Samuel Thirion

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Impresso em Maio de 2008

Distribuição

DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Rede Portuguesa LEADER+
Tapada da Ajuda - Edifício I
1349-018 Lisboa
Tel.: 21 361 32 57 / Fax: 21 361 32 77

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



Comissão Europeia
Programa LEADER+